

## AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail [recursoscontinuos@dirbi.ufu.br](mailto:recursoscontinuos@dirbi.ufu.br).

ELIENE DIAS DE OLIVEIRA

O QUEBRA-QUEBRA DE 1959:  
UBERLÂNDIA – OLHARES E PERSPECTIVAS

Graduação em História



Universidade Federal de Uberlândia - Setembro/2002

1677

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA - COHIS  
CAMPUS SANTA MÔNICA - Bloco 1 Q (Antigo Minas)  
AV. UNIVERSITÁRIA S/N  
1400-902 - UBERLÂNDIA - MG - BRASIL

**ELIENE DIAS DE OLIVEIRA**

**O QUEBRA-QUEBRA DE 1959:  
UBERLÂNDIA – OLHARES E PERSPECTIVAS**

**Monografia apresentada à Banca  
Examinadora da Universidade Federal  
de Uberlândia, como exigência parcial  
para obtenção do título de Graduada e  
Licenciada em História, sob orientação  
da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Heloísa Helena Pacheco  
Cardoso.**

**Banca Examinadora**

---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Heloisa Helena Pacheco Cardoso**  
**(Orientadora)**

---

**Prof. Ms. Sérgio Paulo Morais**  
**(Examinador)**

---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Dilma Andrade de Paula**  
**(Examinadora)**

Dedico este trabalho à minha mãe,  
minha estrela-guia.

## **Agradecimentos**

Agradecemos sempre àqueles que têm uma significância especial no nosso viver, que por alguns ou muitos instantes tornaram a nossa jornada um pouco mais leve ou compartilharam conosco o peso do fardo a ser carregado.

Começo, assim, agradecendo àqueles que me deram a vida. Elveni e Ilton, sem os quais a minha história poderia ter sido escrita de uma forma menos bela.

À Ione, Aurora, Áurea, Eliane, Elcione, Elcimar, Elaine, Luciana e Luzia, meus irmãos de sangue e de coração, por me ajudarem a achar que eu sempre teria um lugar para voltar se as outras portas se fechassem.

À Kátia, Gisela, Sárta, Janaína, irmãs que a vida me deu ao longo de minha trajetória e que muitas vezes compartilharam comigo de uma abraço gostoso ou um pedaço de pão, quando a mesa não era tão farta.

À Criss, Thaís, Miguel, Juliana, André, Luciana, Elizete, Ivani, Rejane, Gentil, Gilvânia, Fábio Júnior e Marcelo, por tornarem mais prazeroso viver nesta cidade que nos encanta e nos repele.

À Tia Emi, Tia Fátima, Tia Meire e Andréia, por me receberem de abraços abertos há seis anos atrás e terem me ajudado a tornar possível este momento.

À Sandra e Eduardo, não sei se colegas de profissão, amigos, irmãos ou anjos que conseguiram, com discrição e sabedoria, estarem sempre presentes, tornando mais intensa e verdadeira a arte de viver.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro durante dois anos de pesquisa.

A todos os professores e colegas de curso, pelas discussões em sala de aula que muito contribuíram para o meu embasamento teórico-metodológico.

A João Batista, Gaspar, Greco e Flávio, mais que funcionários do Instituto de História, companheiros de nosso caminhar.

Aos funcionários do Arquivo Público de Uberlândia e da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia, por tornarem possível a pesquisa em seus acervos.

Aos entrevistados, por permitirem que eu registrasse suas memórias e as tornasse objetos de meu estudo.

À minha orientadora, Heloisa, por me ajudar a tornar meu mundo maior, tornando possível este trabalho; pela seriedade, humanidade e competência tidas durante nossa convivência.

A Vaguimar, por me apoiar nos momentos finais de meu curso, talvez os mais difíceis, tendo o carinho e a paciência que eu precisava neste momento.

Enfim, a Deus, meu pai maior, por estar sempre presente a meu lado e por me mostrar ter valido a pena deixar o lar materno e enfrentar a “cidade grande”.

## SUMÁRIO

Apresentação	02
1 Uberlândia – 1959: diferentes olhares sobre o protesto popular	19
1.2 Quebra! Quebra!: a semente do protesto e da destruição está lançada	27
2 Entre quebras e depredações: a revolta popular de 1959 sob a perspectiva da história oral	45
2.1 “É pior estouro de boi do que estouro de boiada”	50
3 Imagens do quebra-quebra	65
3.2 Cinemas e Armazéns: alvos da violência de uma população amotinada	70
Considerações Finais	79
Bibliografia	81
Fontes	84

## **Apresentação**

A partir do projeto “Construindo a Esperança: A Política Desenvolvimentista e suas Representações – Uberlândia, décadas de 50 a 70”, sob orientação da Professora Heloísa Helena Pacheco Cardoso, apresentado à Pró-Reitoria de Pesquisas e Pós-Graduação em abril de 2000, com o qual fui contemplada com uma bolsa do Programa Institucional de Iniciação Científica do CNPq, empreendemos um trabalho que procura compreender as diversas possibilidades de representação da política desenvolvimentista no município de Uberlândia, usando para isso a imprensa enquanto documento histórico e o recurso da história oral como forma de trazer à tona outras representações sobre o tema proposto.

Dentro desta pesquisa maior, fui despertada a debruçar-me mais sobre um momento específico da história de Uberlândia; algo que trouxe em si as contradições do seu tempo; uma outra versão possível da política desenvolvimentista e seus desdobramentos no cotidiano da população; refiro-me aqui ao movimento espontâneo denominado “quebra-quebra”, o qual Uberlândia foi palco em 18 e 19 de janeiro de 1959.

Assim, a partir da necessidade de apresentar uma pesquisa, em forma de monografia, para a conclusão do Curso de História, e tendo em vista os caminhos já trilhados no primeiro ano de pesquisa, propus-me a estudar o denominado movimento, como um contraponto e à luz de outros discursos existentes sobre a Uberlândia desse período.

Se janeiro de 1959 é o marco de meu trabalho, sei também da importância de estender minha análise a um período maior, no sentido de situar o período histórico

que proporcionou a existência de acontecimentos tão marcantes como os quebra-quebras que assolaram o país neste momento. Este período é aqui recortado entre 1950 e 1964. O ano de 1950 foi o marco inicial devido à ênfase que se têm, em nível nacional e também na cidade de Uberlândia, na industrialização que viria a sustentar a política desenvolvimentista. E, apesar desta política se estender até a década de 70, não podemos negar que 1964 nos trouxe um outro direcionamento aos rumos do país. As manifestações sociais, entre elas os quebra-quebras, sofrem um período de grande refluxo com a instauração das forças armadas no poder. Porém, este corte cronológico não é estático, por assim não ser o processo histórico.

O objetivo geral desta pesquisa, cujo resultado é o presente trabalho, foi perceber as diversas possibilidades de representação da política desenvolvimentista entre 1950 e 1964 na cidade de Uberlândia, elaboradas pela elites dirigentes, incluindo aí políticos e empresários, assim como por outras camadas sociais, como a população comum que de alguma forma participou dos efeitos da proposta desenvolvimentista assumida em Uberlândia.

Essas representações foram contrapostas às memórias construídas acerca do período estudado e que ainda hoje permanecem no imaginário das pessoas.

Nesta análise, destaque especial foi dado às representações construídas acerca do movimento denominado “quebra-quebra” ocorrido em Uberlândia, em 1959, apreendidas através da imprensa, documentos oficiais (atas, discursos) e do resgate da memória através da história oral de pessoas que vivenciaram o acontecimento.

Esse objetivo maior se desdobrou nos seguintes objetivos específicos: identificar e analisar as diversas construções de segmentos sociais diferenciados a

respeito da modernização e industrialização de Uberlândia, associando essas construções interpretativas com a posição de classe de seus sujeitos; perceber como o discurso desenvolvimentista foi assimilado, ou não, pelas elites políticas locais; perceber como o movimento denominado “quebra-quebra”, ocorrido em Uberlândia no “auge” do desenvolvimentismo, em 1959, foi retratado em diferentes segmentos sociais e qual o seu papel nas representações encontradas: recuperar a imagem do desenvolvimentismo presente na fala das pessoas comuns, por meio da história oral, mostrando o que elas conservaram dessa “fase-de-ouro” da história do Brasil; perceber a conjuntura que propiciou um movimento espontâneo da expressão do quebra-quebra de 1959, numa cidade marcada pelo discurso da “Ordem e Progresso”.

Os diferentes discursos trazidos à tona, seja por meio da história oral, seja por meio da imprensa ou de documentos oficiais, foram percebidos como o espaço da reprodução de outros discursos, assim como dos conflitos e da heterogeneidade de uma sociedade. O discurso traz em si, como parte da visão de mundo que veicula, valores e símbolos que são valorizados positiva ou negativamente. E esses valores penetram de tal modo na consciência do ser humano que acabam por ser considerados naturais. É o se entende como ideologia.

*“(…) Fundamentalmente, a ideologia é um corpo sistemático de representações e de normas que nos “ensinam” a conhecer e agir. A sistematicidade e a coerência ideológica nascem de uma determinação muito precisa: o discurso ideológico é aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o fazer e o pensar, o dizer e o ser e, destarte, engendrar uma lógica da identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através desta lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada,*

*isto é, a imagem da classe dominante”.<sup>1</sup>*

E mesmo sabendo que uma sociedade comporta diferentes visões de mundo, a ideologia dominante é a da classe dominante. Mas como coloca Fiorin<sup>2</sup>, há sempre a possibilidade de o homem elaborar um discurso diferente dos discursos dominantes. E esse discurso só se fará no plano dos conflitos e das contradições que existem na sociedade.

*“A sociedade funciona no bojo de um número infindável de discursos que se cruzam, se esbarram, se anulam, se complementam: dessa dinâmica nascem os novos discursos, os quais ajudam a alterar os significados dos outros e vão alterando seus próprios significados.”<sup>3</sup>*

Relegar ao discurso um papel fundamental na compreensão da realidade histórica, é reconhecer que as palavras, e suas combinações, carregam em si representações várias da sociedade. As palavras têm vida, e sendo assim se permitem formar diferentes discursos a partir de um mesmo contexto. Daí, a proposta de trazer à tona o discurso de diferentes agentes históricos sobre um mesmo acontecimento histórico.

É também reconhecer que, na relação memória/história, a trama da luta de classes envolve a memorização do acontecer social, que também faz parte do exercício do poder. É papel deste exercício ocultar a diferença, a contradição, decidindo o que deve ser lembrado, como deve ser lembrado e, em contrapartida, o que deve ser esquecido.

Em nosso trabalho, esses discursos foram lidos e analisados em diferentes

---

<sup>1</sup> CHAUI, Marilena. *Cultura e Democracia*. São Paulo: Moderna, 1982, p.3.

<sup>2</sup> FIORIN, José Luíz. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1990, p.44

<sup>3</sup> BACCEGA, Maria Aparecida. *Palavra e Discurso*. História e Literatura. São Paulo: Ática, 1995, p.22.

documentos. Só esse diálogo entre fontes é capaz de conduzir a uma análise mais profunda dessas representações que aí estavam. Como coloca BACCEGA<sup>4</sup>, qualquer análise apenas interna do texto só conseguirá evidenciar a palavra dada. Só o estudo das relações dele com as formações ideológicas/formações discursivas, com as condições de produção do discurso, possibilitará a percepção da palavra dando-se, da palavra em movimento na direção do novo. Se assim não for, estaremos cortando a relação dos discursos com o processo histórico daquela sociedade e a dinâmica de sua apropriação por parte do sujeito.

Dada a grande significação do período estudado para a compreensão do mundo contemporâneo, temos uma vasta historiografia que se debruça sobre as décadas de 50 e 60. Várias temáticas se fazem presentes, entre elas, as relações de poder, os discursos dirigentes, a disciplinarização do espaço urbano, a industrialização, as greves e outros movimentos sociais que configuram o espaço da resistência, englobando uma produção ampla e diversificada.<sup>5</sup>

Na tentativa de situar os movimentos sociais deste período, em nível nacional, é imprescindível passar pela obra de Edson Nunes<sup>6</sup>, “*A Revolta das Barcas. Populismo, violência e conflito político*”. Procurando reconstruir o clima que propiciou a explosão de violência ocorrida na Estação das Barcas, em Niterói,

---

<sup>4</sup> Idem, p.90.

<sup>5</sup> Para citar algumas:

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do Desenvolvimento*; Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARONE, Edgar. *Movimento Operário no Brasil: 1945-1964*. São Paulo: Difel, 1981.

MOISÉS, José Álvaro. *Greve de Massa e Crise Política: estudo da greve dos 300 mil em São Paulo – 1953-1954*. São Paulo: Polis, 1978.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

TREVISAN, Maria José. *50 anos em 5...a FIESP e o Desenvolvimentismo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. 2.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

<sup>6</sup> NUNES, Edson. *A Revolta das Barcas. Populismo, violência e conflito político*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

em 22 de maio de 1959, a obra é dividida em diversos “momentos” que possibilitariam compreender a trama.

Neles, Édison Nunes, que é PH.D em Ciência Política, procura identificar os quatro protagonistas principais dos eventos por ele analisados: frações do governo, uma empresa privada, segmentos da população usuária dos serviços de transporte na Baía da Guanabara e parcela do movimento sindical.

*“ O governo estadual petebista tinha um apelo popular extremado, coligado, em nível federal, com o PSD, mas, em nível estadual, com a UDN e em antagonismo com o PSD; os proprietários da empresa de transportes de passageiro entre o Rio e Niterói, utilizando-se da política, das pressões sindicais e de subvenções do governo, em seis anos conseguiram o monopólio do setor; o conjunto de usuários deste serviço, composto para aqueles que atravessam de Niterói para o Rio, desorganizados e numa ação aparentemente espontânea, destruíram em 24 horas toda a fortuna da empresa, com o suposto beneplácito do Estado; o Sindicato dos Marítimos e Operários Navais, que estava em fase de intensa mobilização, frequentemente aproveitada ou manipulada em favor dos interesses empresariais. ”*<sup>7</sup>

O autor reconstrói as 16 horas de violência daquele 22 de maio, ao mesmo tempo em que tece uma análise sobre a importância do sistema de transportes na organização do cotidiano da população trabalhadora. Procura ainda explicar porquê o acirramento de problemas, que vinham de tão longa data, deu-se em 1959. Para ele, neste período o país vivia uma intensa fase de participação política, na qual intervinha muitos atores e onde a participação sindical tinha um peso ponderável.

Quando os marítimos decretam, no dia 21 de maio, à noite, de surpresa, a

greve pelo pagamento dos salários, num jogo que então desenrolava-se entre o Estado, a empresa e os sindicatos, surge um novo elemento, o usuário, forçando o Estado a intervir num conflito que tanto protelara.

Conflito que se consubstancia na "*Explosão*", pois, com a greve dos marinheiros, acumulou-se um grande número de pessoas que aguardavam e exigiam o transporte para o Rio de Janeiro. Como as duas lanchas da marinha que estavam encarregadas da ligação, não conseguiram produzir escoamento satisfatório, as filas começaram a crescer, impacientando os usuários. Generalizou-se os conflitos, onde a tentativa de evitar tumultos, com a intervenção dos fuzileiros, acabou resultando em um tiroteio contra a população.

Dali, a destruição e a violência propagaram-se. As residências dos Carreiros foram alvos fáceis. Num carnaval onde a fantasia deu lugar à realidade, a inversão de valores fez com que os que tinham tudo passassem a ter um pouco menos. E os que pouco tinham, tornaram-se os donos da cena. Pelo menos naquele momento.

O saldo os acontecimentos não deixa margem à proporção que teve o "quebra-quebra" de Niterói: a existência de cinco (ou seis) mortos, 125 feridos, um ônibus destruído, incendiados um jipão dos fuzileiros, um ônibus elétrico, um bonde, um restaurante, duas lanchas e partes de outros prédios; oito imóveis destruídos (Estação das Frotas Barreto, Carioca e Cantareira, Estação de Carga, Escritório da Frota Carioca), além de estaleiros (dos Carreiros), uma serraria (de parentes seus) e uma radiopatrulha, além de inúmeros outros danos menores, de difícil contabilização.

O autor lança questões fundamentais quando se quer refletir sobre os movimentos sociais e os conflitos no Brasil. Para ele, sempre que o povo toma a

---

<sup>7</sup>Idem, p.21.

praça, acende-se no imaginário o debate sobre a relação Estado versus sociedade, liberdade versus controle, direito versus restrição, dignidade versus desrespeito. E, no Brasil, é escasso o estudo sobre violência coletiva e revoltas. Pois, aqui, a violência sempre foi considerada como o episódico, o fora de lugar. Este fora de lugar, entretanto, é parte integrante da história do Brasil.

A obra “*A Revolta das Barcas*” nos proporciona questões fundamentais de análise, quando pretende construir reflexões acerca da violência urbana; não a violência cotidiana, com as quais convivemos todos os dias; mas a violência que transforma o “normal”, o usual, e principalmente que coloca em questão o estereótipo do brasileiro enquanto um “povo” passivo e ordeiro.

Além disso, Edson Nunes aponta diferentes sujeitos, desmascarando seus papéis nesta trama que daria uma bela obra de ficção, não fosse ela um fato real.

Por último, o autor escancara as conexões políticas, as ambigüidades de um Estado populista, pressionado por empresários vorazes por lucro e por setores trabalhistas bem organizados. No meio de todo este jogo, ele resgata um trabalhador oprimido e manipulado por interesses maiores que ele.

Também procuramos eleger em nossa análise algumas obras da historiografia local, que nos apontam perspectivas e caminhos na tentativa de compreensão de um período tão complexo da cidade que, ao legitimar a política desenvolvimentista, trouxe em seus discursos as marcas desta opção.

O trabalho de Maria Clara Machado<sup>8</sup>, “*A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada \_ (Uberlândia – 1965 a*

---

<sup>8</sup> MACHADO, Maria Clara. *A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada \_ (Uberlândia 1965 a 1980)*. São Paulo: USP/FFLCH, 1990. Dissertação (Mestrado).

1980)”, procura mostrar como os excluídos sociais são, ainda no século XX, considerados uma ameaça social latente e, portanto, alvos das estratégias disciplinares que objetivam sua institucionalização nesta ordem social.

Em sua análise, a autora salienta que, a partir de 1960, convivendo lado a lado com o progresso econômico, a problemática da marginalização social tornou-se explícita em Uberlândia. A intensificação do fenômeno da migração, o aparecimento das favelas, a multiplicação do sub-emprego, a precariedade de uma política social do município relativa aos serviços de saúde e de assistência à criança carente colocam em cena, de forma acentuada, o problema da mendicância, da vadiagem, do menor carente e do aumento da criminalidade. Portanto, este espaço urbano e a problemática da marginalização social entram nos assuntos do dia das classes dirigentes, que passam a formular estratégias a fim de evitar um confronto social que viesse a desmistificar o discurso “Ordem e Progresso”, tão preponderante na cidade.

A partir desta constatação, Machado elege a ICASU (Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia) como um dos projetos políticos da elite dominante: que se apresentou como um eficiente instrumento de poder voltado para a reordenação, o controle e a disciplina deste espaço.

Na perspectiva da autora, o progresso material de Uberlândia não ocorreu somente graças ao processo de urbanização brasileiro, no qual esta cidade, a partir dos anos 50, se ajustou e se inseriu. Também a capacidade da classe dominante de articular e por em prática todo um discurso político de progresso e ordem, paralelamente a outros projetos disciplinarizadores do espaço urbano, teve fundamental importância neste processo.

Logo, o tão almejado progresso, como resultado de projetos políticos da classe dominante, pressupõe não só a diligência burguesa, mas toda uma concepção de ordem urbana na qual se sistematiza a vida social de uma cidade.

O que torna possível “a sociedade do progresso” é, concretamente, uma sociedade urbana ordenada. Paralelamente aos projetos políticos que objetivavam o progresso, é possível perceber, historicamente, em Uberlândia, outros projetos políticos, também de grande importância. A criação de uma sociedade disciplinada, onde o permitido ou o tolerado em público está normatizado em leis, é parte da estratégia de dominação burguesa.

De acordo com esta lógica, a cidade é o lugar de realização de progresso, o espaço da racionalidade onde o trabalho, submetido à força do capital, resulta, certamente, em uma sociedade ordeira e pacífica. Porém, esta é apenas a imagem criada para reproduzir a dominação burguesa. Do ponto de vista da construção do social, a cidade é tanto o lugar da produção, como é o lugar do político, por onde os conflitos sociais latentes se explicitam. Contrapondo-se a essa imagem da ordem e do progresso, é possível pensar a cidade como o lugar do espaço social fragmentado que expõe, de um lado, aqueles que detêm o poder e o capital e, de outro, aqueles que, submetidos, muitas vezes, recusam e resistem à dominação.

Daí a autora aponta que, captar da história de Uberlândia o movimento de explosão da sociedade contra a exploração do capital, o “quebra-quebra” de 1959, é fundamental, quando se considera o protesto urbano como uma forma política de reivindicar respeito à cidadania e às melhores condições de vida da população.

Contrapondo-se à imagem da sociedade ordeira e pacífica, afeita ao trabalho, sem conflitos e divergências de classes, Uberlândia se transforma em uma praça de

guerra, policiada até os dentes, onde a morte e os protestos só tiveram fim com a prisão abarrotada de pessoas e com reforço policial enviado de outras cidades.

Assim, Machado procura resgatar os conflitos inerentes a qualquer sociedade burguesa, e que a cidade de Uberlândia, no discurso das classes dominantes, procura omitir. Sua maior contribuição, no entanto, é trazer a nu a perspectiva da normatização do espaço da cidade, como forma de controlar os conflitos e calar vozes destoantes do discurso “Ordem e Progresso”.

Em relação aos acontecimentos de 1959, propriamente dito, destacamos duas obras.

Numa perspectiva distinta das obras até aqui citadas situa-se o trabalho de Maria Helena Falcão Vasconcellos<sup>9</sup>, um ensaio intitulado “*Dias de Violência : O Quebra*”.

Dividido em 03 capítulos, sintetizando os 03 dias que, na visão da autora, encerrariam o “quebra – quebra “, a obra procura dar conta da destruição dos cinemas, posteriormente dos saques aos armazéns e, por fim, da repressão que se consubstanciaria na violência monopolizada nas mãos do Estado. Sua proposta inicial é analisar o discurso da grandeza, transvestido em rituais, que em nome do progresso consumiria a cidade de Uberlândia, tirando a voz dos expropriados. Porém, a autora se limita muito mais a fazer uma descrição factual dos acontecimentos de janeiro de 1959.

E, mesmo que em alguns momentos a obra aponte em outra direção, em nenhum momento há uma análise do “quebra- quebra” enquanto uma possibilidade de expressão da população oprimida numa conjuntura muito mais ampla, que então articulava os projetos da política nacional, da política local, os discursos legitimadores desses

---

<sup>9</sup> VASCONCELLOS, Maria Helena Falcão. *Dias de Violência: O Quebra*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

projetos, que podem ser traduzidos no binômio “Ordem e Progresso”, e a situação cotidiana de uma população sufocada pela carestia, pelos congelamentos, o alto custo de vida, ou, em outras palavras, pelo preço do progresso.

Ao contrário, o que predomina são análises superficiais e simplistas como a que se segue: “*O Plano de Metas do governo JK projetou – se sobre a região como uma bênção*”<sup>10</sup>.

Porém, é importante refletir sobre esta obra; ainda que seja na perspectiva de não se propor a construir um trabalho nesta mesma linha de abordagem.

Numa linguagem nitidamente literária, o texto, que se propõe a ser uma narrativa histórica, caminha por direções um pouco perigosas. Não que um texto histórico tenha necessariamente que apresentar uma linguagem formal e sisuda; pelo contrário, o diálogo entre Literatura e História tem se revelado extremamente frutífero. O que não pode acontecer, é que um texto histórico mescle ficção e realidade, ou, como no caso de “*O Quebra*”, no intuito de tornar a leitura mais atraente, lancem afirmativas ao longo do texto, sem um mínimo de reflexão. Um exemplo:

*“A par das tantas senzalas, o triângulo mineiro viu a resistência negra edificar quilombos, para os fugitivos que adentravam o Sertão da Farinha Podre”*<sup>11</sup>.

Assim, citações como esta permeiam todo o texto, fragilizando sua credibilidade ao não apontar argumentos e fontes que possibilitem chegar a tais assertivas.

No entanto, um dos aspectos elogiáveis da obra são as fotos que incorporam o texto. Fontes riquíssimas de análise, merecem elas uma atenção especial na leitura do quebra – quebra.

Ainda trabalhando com a imagem do progresso e do trabalho, mas também

---

<sup>10</sup> Idem, p.40.

<sup>11</sup> Idem, p.17

resgatando Uberlândia enquanto um espaço de resistências, a dissertação de Nunes<sup>12</sup> aborda os discursos elaborados e veiculados pelas classes dominantes, forjando uma imagem de progresso, ordem e trabalho, principalmente a partir dos anos 50.

Ao lado disso, procura também trazer à tona a dimensão dos conflitos e resistências sociais visíveis na sociedade uberlandense e que este discurso procura escamotear.

Assim, das inúmeras formas de resistência popular presentes no espaço urbano, este historiador elege os quebra – quebras e saques que ocorreram em janeiro de 1959 como a maior manifestação coletiva de protesto e resistência que, em forma de ações diretas e espontâneas de parte da população, se colocam como questionadoras das imagens da cidade elaboradas no discurso dominante.

Seu objetivo é mostrar como o imaginário social, gestado ao longo do tempo, referenciado nas noções de progresso, trabalho, ordem, no mito dos pioneiros e de uma vaga e hipotética união de todos para a construção da riqueza coletiva, deixa velado, ou procura omitir, o processo real de dominação burguesa, mas não consegue impedir que esta dominação seja contestada na prática.

Outro aspecto levantado pelo autor é que as versões que foram construídas sobre os quebras - quebras e os saques de janeiro de 1959, procuraram descaracterizá-lo como um movimento de resistência ou protesto, reduzindo o seu significado a uma questão de marginalidade urbana, negando-lhe qualquer conteúdo político.

Porém, na adjetivação utilizada nessas versões, é evidente a tentativa de se recompor a própria imagem da cidade e da sociedade uberlandense. Calando diversas

---

<sup>12</sup> NUNES, Leandro José, *Cidade e Imagens: Progresso, Trabalho e Quebra-Quebras \_ Uberlândia \_ 1950/1960*. PUC: São Paulo, 1993. (Dissertação)

memórias coletivas, os discursos dominantes procuravam construir uma versão da história da cidade que anulasse outras experiências vividas pela maioria da população.

Outro aspecto que o autor destaca são as profundas transformações urbanísticas verificadas entre as décadas de 50 e 80 que redesenharam o mapa urbano do Brasil. Em Uberlândia, esse processo de rápidas mutações urbanas foi percebido de forma ambígua.

Apresentada como signo do progresso, do trabalho organizado e incessante, com uma população ordeira e pacífica, nas imagens da cidade que foram elaboradas pelas classes dominantes nesse período, é possível percebermos também a intensificação das contradições urbanas. De um lado, a oposição entre a cidade e a sua periferia aparece frequentemente nos relatos da imprensa : a primeira lugar de visibilidade das realizações do capital erigidas como monumentos à racionalidade, ao trabalho, à ordem e ao bom gosto compatíveis com a modernidade de seus habitantes; a segunda, símbolo da decadência humana inevitável quando o ócio, a preguiça e a vadiagem prevalecem como princípios de vida.

A imagem da cidade associava-se, desde do início, a um empreendimento bem sucedido que ganhava contornos cada vez mais nítidos, lugar da produção e da circulação de mercadorias. A periferia, lugar onde germina o crime, reduto da delinqüência , marcada pela pobreza e pelo feio, tanto das construções quanto de seus habitantes.

Dito de outra forma, a questão não é simplesmente desconhecer a miséria, o crime e a violência; mas, despolitizar as contradições e tensões sociais inerentes a qualquer sociedade capitalista, invertendo o ângulo de observação. Dessa forma, as relações capitalistas que organizam a cidade e que fazem com que convivam no mesmo espaço urbano as imagens do progresso e de miséria, o rico e o pobre, o doutor

e o analfabeto, podem ser escamoteadas no discurso, e as origens destas contradições deslocadas para as representações elaboradas sobre a própria miséria, vista como resultados de atributos pessoais e não como consequência das relações sociais instituídas.

Assim, despolitizar os eventos de janeiro de 1959 era também reforçar as imagens da sociedade como o oposto daquela das “gentes das vilas”. Na delimitação dos espaços urbanos se processa a exclusão social da pobreza, dos desajustados, dos desocupados, que se contrapõem ao mundo do trabalho, à ordem e à disciplina. A Uberlândia “real” seria, portanto, aquela dos homens “cultos”, que viviam honestamente, respeitando as leis e construindo o progresso mediante o trabalho.

Como se pode perceber neste esboço, trata-se de uma análise consistente dentro do que o autor se propõe a fazer. Porém sua maior contribuição é apontar caminhos para a construção de uma análise mais abrangente, que resgate também outros sujeitos do “quebra – quebra” de 1959.

No trabalho que ora apresento, as fontes oficiais não foram desprezadas. Porém, uma possibilidade de enriquecer a análise foi trabalhar com a história oral: não como uma história já pronta, mas sim como uma fonte possível neste leque de possibilidades de análises que o “quebra-quebra” de 1959 possibilita. Durante a pesquisa, foram produzidos depoimentos orais que estão arquivados em um acervo em fase inicial de constituição, na Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, e que posteriormente será, provavelmente, tornado acessível ao público.

Os jornais pesquisados *Correio de Uberlândia* e *O Repórter*, bem como as revistas *Manchete* e *O Cruzeiro*, estão disponíveis no Arquivo Municipal de Uberlândia. As revistas estão em bom estado de conservação e é da revista *O Cruzeiro* as fotos

analisadas no último capítulo. Os jornais encontram-se bastante deteriorados, mas ainda possibilitam pesquisa. Durante todo o trabalho, a maior parte das citações da imprensa aparece em itálico, incorporadas ao texto. As indicações destas fontes estão no rodapé.

Neste Arquivo também estão disponíveis entrevistas do *Projeto Depoimentos*, parceria entre a Secretaria Municipal de Cultura e a Prefeitura Municipal de Uberlândia, dos quais selecionei algumas falas que aparecem durante o texto.

Entre as fontes oficiais, consultei o acervo da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia \_ ACIUB. Este acervo está em bom estado de conservação, embora ainda falte à entidade um local próprio para os pesquisadores realizarem seu trabalho. A entidade permite, assim, que o material seja retirado para pesquisa e posterior devolução. As atas da Câmara Municipal de Uberlândia, embora não apareçam citadas no corpo do texto, foram de grande importância para a compreensão dos projetos políticos deste período. O acesso à documentação está disponível na própria Câmara e o acervo está em bom estado.

No primeiro capítulo, *Uberlândia – 1959: diferentes olhares sobre o protesto popular*, procuro discutir como a imprensa local e nacional elaborou e divulgou seus olhares em relação ao quebra-quebra. Nesse sentido, achei pertinente uma análise da imprensa enquanto documento historiográfico e uma contextualização do período em estudo.

No segundo capítulo, *Entre quebras e depredações: a revolta popular de 1959 sob a perspectiva da história oral*, procuro perceber que representações afloram dos depoimentos orais, tentando entender a lógica dessas visões e quem são os agentes das falas. Entre os depoentes foram selecionados falas de pessoas de categorias populares, mas também de outros seguimentos sociais. Essa pluralidade de olhares tenta realizar

um diálogo entre diversos discursos que se entrecruzam. Ainda faço, neste capítulo, uma reflexão acerca da história oral enquanto uma fonte historiográfica.

Por fim, no terceiro capítulo, *Imagens do quebra-quebra de 1959*, analiso o papel representado pelos cinemas e armazéns no contexto de 1959. Essa análise é enriquecida com depoimentos orais e algumas fotografias publicadas em revistas do período, e que trazem elementos importantes para a discussão proposta. Estas fotografias são frases-imagens, devendo ser lidas no local onde se encontram.

Mesmo privilegiando certas fontes em cada capítulo, esta estrutura não é estática. No decorrer da discussão, as fontes se entrecruzam no sentido de tornar mais profícuo o debate que se realiza.

**Cap. 01:****Uberlândia – 1959: diferentes olhares sobre o protesto popular****1.1 – A conjuntura dos anos 50 e as manifestações populares**

A cidade de Uberlândia foi palco, ao final dos anos 50, de uma grande manifestação popular conhecida como quebra-quebra de 1959, onde a insatisfação de parte dos uberlandenses tornou-se pública com a depredação de cinemas e casas comerciais.

Este não foi um acontecimento isolado. Desde o final dos anos 40 até o início dos anos 60, em várias partes do país, aconteceram formas de protesto que indicam a capacidade de determinados setores sociais de participar da política, lutando por suas reivindicações à margem das manifestações formais das greves e das lutas sindicais.<sup>13</sup>

Essas manifestações se inserem em um período de democracia formal, que marca a história do país entre os anos de 1945-1964, iniciado com o fim da ditadura varguista e que chega ao fim com a ascensão de uma outra ditadura, através do golpe militar de 1964. Esse período é normalmente referido na historiografia como a fase da modernização do país, caracterizada pela adoção das políticas de planejamento, tanto em nível federal como estadual.

---

<sup>13</sup> Em 30 de outubro de 1958 a população paulista foi informada de que, na véspera, fora autorizado, sem seu conhecimento prévio, novo aumento dos transportes coletivos, variando da ordem de 50 a 65% esses aumentos. A alteração das tarifas trouxe revolta. Nos protestos, os estudantes instigaram a população a aderir ao movimento que, de pacífico passou à ação, resultando em depredações de ônibus, vários feridos e 6 mortos, em consequência da intervenção da Força Pública. Ver *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 15/11/1958, p.102.

Outro acontecimento deste mesmo período é conhecido como “a revolta das barcas”, e aconteceu no dia 22 de maio de 1959, em Niterói, então capital do Estado do Rio de Janeiro. Uma análise madura deste movimento é perceptível em NUNES, Edson. *A Revolta das Barcas*. Populismo, violência e conflito político. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

O governo JK, inserido nesse contexto, é talvez a expressão máxima dessas políticas que visaram tirar o país do subdesenvolvimento. Ele ficou marcado pela obstinação em implementar seu Plano de Metas, que tinha como prioridades os setores de energia, transportes, indústrias de base e de alimentação. Nele, a Operação Nordeste aparece como meta-especial e a construção de Brasília como meta-síntese. Esse Plano foi considerado, pelo Estado, uma proposta de modernização acelerada, já que pretendia desenvolver o país “50 anos em 5”.

Numa análise parcial, pode-se dizer que o Plano de Metas de JK foi bem sucedido. O governo conseguiu consolidar uma infra-estrutura para a industrialização, compreendendo a estrutura energética, de transportes e de insumos básicos no país, implantando novos setores da indústria pesada e aliviando a importação desses itens. Também a construção de Brasília aparece como um sucesso do governo JK, sendo esta inaugurada em 1960. A associação do desenvolvimentismo com a modernização tem sido destacada pela historiografia:

*“Período fundamental da história brasileira no século XX, o governo do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-61) é considerado como ápice do modelo nacional desenvolvimentista adotado pelo país a partir da década de 30. Caracterizado como um momento de estabilidade política e de prosperidade econômica, os anos JK, como ficaram conhecidos, foram associados às imagens otimistas do Brasil como “país do futuro”.*<sup>14</sup>

O entusiasmo popular com a vitória na Copa do Mundo de Futebol na Suécia, em 1958, contribuiu para a idéia dos “anos dourados” brasileiros. Nesse momento,

---

<sup>14</sup> FONTES, Paulo. “Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo – a greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo (1957)”. In: FORTES, Alexandre e outros. *Na luta por direitos*. Estudos Recentes em História Social do Trabalho. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999, p.147.

ainda não se tinha altas taxas de inflação e desemprego. A euforia provocada pelo sucesso no futebol, levava a acreditar que o nosso sucesso também se repetiria no plano político e econômico.

O slogan governamental “50 anos em 5”, a instalação da indústria automobilística e a construção de Brasília seriam os símbolos desse período de suposta “felicidade” da história nacional. Esses projetos levariam à criação de um Estado desenvolvido, onde a atenção estaria voltada a setores considerados até então precários, o que levaria a um Brasil industrializado e progressista.

Porém, um outro aspecto a ser abordado, quando se trabalha a política desenvolvimentista de JK, é o seu reflexo na vida das camadas populares. Percebe-se claramente uma contradição entre a política desenvolvimentista do Estado e as reais necessidades da população. Nota-se um descompasso crescente entre o crescimento, tão aplaudido pelos estudos deste período, e os problemas sociais existentes<sup>15</sup>.

Deixando o viés do desenvolvimento e da modernização do país, pouco se sabe sobre aqueles a quem o desenvolvimentismo mais atingiu, as camadas populares.

---

<sup>15</sup> A título de exemplificação aqui citamos:

LIMA, José Luiz. *Política de Governo e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica: do código de águas à crise dos anos 80 (1934-1984)*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 1995.

PEREIRA, L. C. Bresser. *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. 6. Ed., São Paulo: Brasiliense, 1976.  
SERRA, José. “Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra”. In: BELUZZO, Luiz Gonzaga M. e COUTINHO, Renata (orgs.) *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. São Paulo: Brasiliense, 1982, v.1, p.56-121.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira*. 11. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

Na interpretação do processo da industrialização brasileira pós-30, por parte da historiografia, a partir da crescente substituição de importações, o desenvolvimento brasileiro estaria atrelado aos problemas do comércio exterior. Logo, o crescimento econômico e industrial do país é percebido enquanto consequência do esgotamento do modelo agrário-exportador que vigorou até a década de 30, sujeito às restrições que o mercado internacional impunha à dinamização desse setor, e das potencialidades do mercado interno, consumidor de produtos importados, que então seriam substituídos por outros fabricados no país.

O porquê dessa omissão pode parcialmente ser explicado pela relação construída entre memória/história, muitas vezes percebida como algo único. A predominância da memória oficial sobre as demais se insere em um movimento que anula outras memórias e outros atores sociais, privilegiando as lideranças políticas e empresariais que se colocam como sujeitos do processo de desenvolvimento brasileiro. Quando não se delimita as fronteiras entre a construção da memória e a produção do conhecimento histórico, a memória oficial se transmuta na “verdadeira” história do Brasil. Porém, a História não tem um sentido único e o conhecimento deve avançar no sentido de recuperar as diversidades presentes no social, através de suas múltiplas representações.

Se uma dada memória registrou o otimismo e a punjância, outras registraram os efeitos das políticas de congelamento no cotidiano da população<sup>16</sup>. Não ter produtos básicos de alimentação para comprar, enfrentar a alta dos preços com o câmbio negro, resultaram em inúmeras reportagens nas revistas e jornais da grande imprensa nacional. Da mesma forma, os problemas com moradia, ausência da infra-estrutura básica, deficiência do transporte coletivo, entre outros, indicam-nos que os discursos e as ações que caracterizavam o desenvolvimentismo têm um conteúdo de classe e devem ser analisadas nesta perspectiva.

Inseridos neste movimento geral de planificação, os municípios mineiros, particularmente na região do Triângulo Mineiro, também adotam políticas voltadas

---

Na década de 60 tem-se uma desaceleração desse desenvolvimento econômico, com a redução das taxas de investimentos, em uma fase de crescimento da inflação que provoca o esgotamento desse modelo de substituição de importações.

<sup>16</sup> Com a alta desenfreada dos preços na década de 50, o custo de vida se transforma em um grave problema social que leva à eclosão de movimentos populares em várias partes do Brasil. Na perspectiva de conter este clima de intranquilidade, o Governo Federal, por meio da COFAP (Comissão Federal de Abastecimento e Preços), adotou, em 1958, o congelamento de preços de produtos de primeira necessidade, na tentativa de controlar o comércio varejista e interromper a alta desenfreada desses produtos junto ao consumidor. A ineficácia dessa política, frente ao boicote dos comerciantes que recusavam-se a ter em suas prateleiras produtos básicos com preços congelados, levou à existência do mercado negro, onde os produtos “desaparecidos” eram vendidos fora da tabela oficial.

para o desenvolvimento e a modernização. Em Uberlândia, desde a segunda metade dos anos 50, as classes dominantes locais investem no projeto de criação de um pólo industrial na cidade, de modo a inserir o município no projeto de industrialização de Minas Gerais.

Em 1959, foi criada a “Comissão Permanente de Defesa dos Interesses de Uberlândia”, transformada, em 1963, no “Conselho de Implantação, Administração e Planejamento Industrial de Uberlândia”. A imprensa local cuida, por sua vez, da construção de uma opinião pública favorável aos planos desenvolvimentistas das elites dirigentes, desenvolvendo campanhas, através de inúmeros artigos, em favor da implantação do Distrito Industrial. Como exemplo, citamos matéria do “*Correio de Uberlândia*”, onde o “sonho” da industrialização aparece como fato concreto, resultado do dinamismo de uma cidade que tem como objetivo o progresso:

*“ Há pouco tempo não passava de um sonho, no qual muitos não acreditavam, verdade seja dita. A cidade industrial existe. Uma idéia arrojada. Quase incrível. Mas dentro do espírito uberlandense, de acordo com a dinâmica do trabalho dos bandeirantes desta grande terra.*

*Uberlândia é uma cidade sem fronteiras. Para a dinâmica do seu progresso inexistente a palavra impossível e já está sobejamente provado que a cidade até agora só não conseguiu o que não quis.*

*A cidade industrial funcionará em 1965”.*<sup>17</sup>

Assim como o visionário anunciara, em 1965 foi inaugurado o Distrito Industrial de Uberlândia, fornecendo infra-estrutura e atrativos para que aqui se assentassem empresas de grande porte. O Estado e a Prefeitura atuaram neste sentido,

---

<sup>17</sup> Cidade Industrial. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 18/12/1964.

principalmente através da oferta de grandes incentivos fiscais<sup>18</sup>.

A ACIUB, (num primeiro momento denominada ACIAPU = Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia) e a partir de 1969, quando lhe é tirado da razão social o termo Agropecuária, ACIUB (Associação Comercial e Industrial de Uberlândia), também se colocou como importante porta-voz dos interesses “da cidade”.

Logo, o projeto desenvolvimentista que se viabiliza no governo de Juscelino Kubitschek, e os pressupostos no qual ele se apoia, identificam-se plenamente com o pensamento, os interesses e as aspirações desse empresariado local. Cúmplice na formulação do imaginário de Uberlândia enquanto uma cidade moderna, progressista e ordeira, a ACIUB colocou-se à frente de vários empreendimentos que procuraram viabilizar o desenvolvimento da cidade.

Um projeto de grande envergadura que se viabiliza neste momento é a instalação do 36º Batalhão de Infantaria Motorizado, obra da atuação dos políticos locais, estaduais e da elite empresarial de Uberlândia. Em 1962 tem-se a instalação inicial de duas companhias, e, em 1968, a instalação definitiva do 36º Batalhão.

Paralelamente ao projeto de instalação do Distrito Industrial e da instalação de um Batalhão de Infantaria em Uberlândia, a cidade também procura projetar-se como

---

<sup>18</sup> Se, por um lado, a luta e a implantação da Cidade Industrial demonstram uma vontade política do poder público e dos industriais de se inserirem nas propostas desenvolvimentistas do governo federal, por outro lado, a cidade também conhece os problemas gerados pela inflação acelerada e pelo esgotamento das possibilidades de investimento, com reflexos na vida cotidiana dos trabalhadores.

Com um índice inflacionário que atingiu 52% no ano de 1959, os salários dos trabalhadores, apesar das correções, iam, no dia a dia, diminuindo sua capacidade de compra e agravando os problemas sociais existentes. Logo, o quebra-quebra representou uma forma da multidão expressar sua revolta com as condições econômicas e sociais que afetavam o seu cotidiano. Protestando contra o aumento do preço dos cinemas, protestavam também contra a carestia, e colocavam em xeque a relação entre inflação, custo de vida e salários como uma questão de grande importância no cotidiano da população. Índice citado por: VIANNA, Sérgio Besserman. *Política Econômica Externa e Industrialização: 1946-1951*. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.) *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

um polo de cultura e educação. Em 1958 tem-se a primeira conquista no sentido da implantação de uma Cidade Universitária, com a fundação da Faculdade Federal de Engenharia. E, onze anos depois, em 1969, é criada a Universidade Federal de Uberlândia, fruto da união das várias escolas superiores então existentes. Já neste período luta-se pela federalização desta Universidade, o que irá efetuar-se em 1978.

A consecução desses projetos mostra que o processo de industrialização, que se efetivou em Uberlândia, não foi um projeto regido por forças impessoais da economia e não ocorreu simplesmente por sua localização estratégica. Num diálogo constante com os políticos nacionais e locais, os segmentos que formavam a ACIUB tiveram um papel preponderante nas ações que propiciaram a implantação de uma infraestrutura capaz de sustentar o projeto político desenvolvimentista em Uberlândia.

Assim, os anos 50, pela sua importância enquanto alavancador do processo de industrialização e modernização do Brasil e do Estado de Minas Gerais, permanece como tema privilegiado para análise do historiador, se este pretende refletir sobre o contemporâneo, buscando o sentido da história e a sua lógica construída através dos tempos.

Parafraseando Fontana<sup>19</sup>, esse sentido é perceptível à medida que entendemos que a História de um grupo humano é a sua memória coletiva e cumpre a respeito dele a mesma função que a memória pessoal num indivíduo: a de dar-lhe um sentido de identidade que o faz ser ele mesmo e não outro. Essas memórias com as quais pretendemos dialogar, na busca de perceber a identidade social destes indivíduos, são para nós a possibilidade de trazer à tona a pluralidade de representações possíveis de um

---

<sup>19</sup> FONTANA, Josep. Reflexões sobre a história, do "além do fim da história". In: *História: análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: EDUSC, 1998, p.267.

mesmo acontecimento, o quebra-quebra de 1959. Buscando a lógica e os elementos nos quais esses olhares se assentam, tentaremos perceber quem são esses sujeitos e que papel têm enquanto agentes históricos deste momento. Pois... *“abandonadas nas bifurcações em que se fez uma escolha \_ nas encruzilhadas em que se escolheu um ou outro caminho \_ ou entre a bagagem dos que foram derrotados pelos vencedores que depois escreveram a história para legitimar o seu triunfo, há muitas coisas que vale a pena recuperar”<sup>20</sup>*.

Não queremos com isso dizer que temos a pretensão de realizar a História dos “vencidos”, ou que só a visão das categorias menos abastadas que participaram do quebra serão trabalhadas. A pluralidade comporta também os olhares das elites dirigentes, e é esse diálogo que enriquece nossa análise histórica.

Consideramos, assim, imprescindível, na perspectiva de melhor compreender este período da história de Uberlândia, o resgate deste movimento aqui denominado “quebra-quebra”. Principalmente por considerarmos esta forma de protesto urbano uma ação política, que obviamente se faz fora dos canais institucionais, trazendo em si protestos e reivindicações ao direito amplo à cidadania e a condições dignas de vivência da população.

É nesta perspectiva que pretendemos construir nossa análise, buscando trabalhar o local \_ Uberlândia e o quebra-quebra de 1959 \_ sem perder de vista o nacional \_ a política desenvolvimentista e a suas implicações.

---

<sup>20</sup> Idem, p. 277.

## 1.2 - Quebra! Quebra! : a semente do protesto e da destruição está lançada.

*“(...) o “quebra-quebra” de 1959 serviu como exemplo da capacidade de protesto da multidão e é sempre lembrado, em épocas de crise, como um pesadelo a ser evitado”.*

*Maria Clara Tomaz Machado<sup>21</sup>*

Numa conjuntura que alimentava o descontentamento da população em geral, o quebra-quebra de 1959 tornou-se, a exemplo de outros acontecimentos nacionais de mesmo porte<sup>22</sup>, um marco na história de Uberlândia. Porém marco que foi descaracterizado pela memória oficial, por questionar uma imagem solidamente construída de cidade ordeira, pacata e progressista, assim retratada pela imprensa:

*“Cidade nova, de traçado bonito, plantada em pleno sertão, longe do mar como quê, Uberlândia é, indiscutivelmente, a cidade que mais cresce e desenvolve no interior de Minas Gerais. Os fatores que contribuem para o seu desenvolvimento, talvez estejam mesmo ligados à quantidade de forasteiros que por aqui existe, em geral gente dinâmica, progressista e dotada de força de vontade realmente notável. Uberlândia, a cidade-menina, continua crescendo. Novas ruas surgem onde há pouco era campo. Construções arrojadas. Comércio intensíssimo (o maior do Triângulo e do Brasil-Central), belíssimas vias públicas, notável clima quente durante o dia com rajadas frescas durante a tarde e a noite.”<sup>23</sup>*

<sup>21</sup> MACHADO, Maria Clara Tomaz. A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada \_ (Uberlândia – 1965 a 1980). São Paulo: USP/FFLCH. Dissertação de Mestrado, 1990, mimeo, p.77.

<sup>22</sup> Em 1959, São Paulo, Belo-Horizonte, Fortaleza e Santa Catarina também foram palco de manifestações populares com características semelhantes à de Uberlândia. Note-se, porém, que tratam-se de capitais.

<sup>23</sup> “Coisas e Graças de uma cidade chamada Uberlândia”. *Correio de Uberlândia*, 22/01/56, pág. 05.

A imagem mais forte de Uberlândia é baseada nesta ideologia: ressaltando a ordem e o progresso da sociedade como interesse de todos \_ e não de um grupo específico\_, valorizando o trabalho como único meio para se chegar à riqueza, as elites dirigentes produzem um discurso onde a igualdade social é escamoteada e a cidade é apresentada como um verdadeiro “jardim”.

Em relação ao quebra-quebra, numa análise parcial dos acontecimentos, pode-se considerá-lo a maior manifestação coletiva de protesto e resistência que, iniciada espontaneamente, consegue por à prova as imagens da cidade veiculadas pelos discursos dominantes. Sua espontaneidade, no entanto, não descaracteriza seu conteúdo político. Não possuindo uma liderança pré-determinada, e nem sendo filiados a uma organização formal, os manifestantes atuaram politicamente. Aqui, o político que se faz fora dos canais institucionais e demonstra a capacidade da população de se manifestar e reivindicar direitos.

Ao ser palco, em 18 e 19 de janeiro de 1959, de um acontecimento onde a ordem social foi contestada, Uberlândia traz à tona um indício de que a opção pelo desenvolvimento trouxe também seu inverso, as greves e revoltas sociais, que lançam na cena política outros atores: os trabalhadores, os subempregados, os desempregados, em uma palavra “os pobres”, para quem os efeitos da modernização foram limitados.

Em uma análise a respeito das diferentes perspectivas e olhares sobre o quebra, percebemos que a memória de um período histórico não é construída ao acaso. E tampouco é homogênea entre os diferentes segmentos sociais. Ao se colocar como elemento fundamental na luta das forças sociais pelo poder, ela se faz particularmente preocupante às classes dominantes e ao Estado, que lutam para se colocarem como senhores da memória e da história, tentando anular outras memórias. Preservar e

divulgar suas memórias são caminhos trilhados na luta dessas forças sociais, visando torná-las hegemônicas, constituindo-se em “história”. Vários suportes são usados com esse propósito, indo da publicação de propagandas ou notícias nos jornais à constituição de arquivos públicos como depositários dessa memória.

A imprensa se mostrou uma fonte extremamente rica para a análise do tema proposto. Aqui, não a percebemos como verdade absoluta ou como retrato de uma única versão possível de um acontecimento histórico. Até porque não existe nenhuma produção neutra, existem sim visões do real, retratadas segundo concepções e interesses direcionados, dialogando sempre com seu tempo.

Ancorados nas reflexões do historiador Alessandro Portelli,<sup>24</sup> entendemos ainda que representações e “fatos” não existem em esferas isoladas. E é só considerando-os juntos que podemos distingui-los. Logo, as representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; enquanto os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações. E tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos. Assim, quando trabalhamos com diversas possibilidades de olhares sobre o quebra-quebra, seja através da imprensa ou outros documentos, estamos pensando nesta interação constante e interdependente entre fatos e representações.

Assim, abordaremos a imprensa como instrumento de construção de várias interpretações que se tem acerca do quebra-quebra, comportando inclusive versões diferenciadas de um órgão para outro, de acordo com a linha editorial de um determinado jornal ou revista.

A historiadora Luciana Lilian de Miranda muito bem lembra que “*Esse tipo de*

---

<sup>24</sup> PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

*postura crítica frente à documentação mostra-se fundamental para a análise dos jornais, que se constituem enquanto fontes extremamente ricas para a história. Cabe ao historiador o papel de recuperar a historicidade nas páginas desse canal de comunicação, onde o presente é flagrado e fixado como um momento desvinculado do acontecer. Diante disso, o historiador deve estabelecer a relação entre os discursos expressos nos jornais e as idéias que circulavam na época, tendo em vista o ideário e a prática política da imprensa”.*<sup>25</sup>

Cabe aqui assinalar em qual perspectiva compreendemos a imprensa enquanto fonte documental. A posição de Maria Helena Capelato<sup>26</sup>, quando da análise do jornal *O Estado de São Paulo*, nos é bastante esclarecedora a esse respeito, quando ela nos coloca que a escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; negando-se, pois, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.

E se durante muito tempo os historiadores de formação positivista a desprezaram enquanto documento, considerando-a “pouco confiável” devido à carga de subjetividade que lhe é inerente, hoje a utilizamos sobretudo devido a essa subjetividade, principalmente pelo seu caráter de formadora de opinião.

Renée Barata Ziemann<sup>27</sup> nos esclarece que, até 1945/50, a imprensa no Brasil é

<sup>25</sup> MIRANDA, Luciana Lilian de. *A Política de Crédito Rural nos anos 70: Modernização e Mudanças nos Agros-Nacional, Regional e Local na Abordagem dos Jornais de Uberlândia-MG*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1999. 59 p.

<sup>26</sup> CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino*. Imprensa e ideologia: o jornal *O Estado de São Paulo*. Editora Alfa-Ômega. São Paulo, 1980, p. 19.

<sup>27</sup> ZIEMAN, Renée Barata. *História através da Imprensa*. Algumas considerações metodológicas. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo: PUC, nº 4, junho/85.

caracterizada por pequenas empresas, com capitais e negócios limitados, primando sempre por suas posições políticas, constituindo o que chamamos de “Imprensa de Opinião”. Este tipo de imprensa tinha características claramente políticas e apaixonadas, ultrapassando o papel de “espelho de realidade” e colocando-se como um instrumento ativo de opinião pública.

Porém, a partir de 1950, o “Jornal de Opinião” vai sendo substituído pela “Imprensa de Informação”, negando as características políticas e ideológicas tão marcantes na imprensa do período anterior. A posição crítica vai sendo substituída pela pretensa objetividade. É com esse tipo de imprensa que nos deparamos em nossa pesquisa. Uma mostra disto encontramos no jornal *Correio de Uberlândia*, ao tentar expressar sua posição frente à política da cidade.

*“O CORREIO DE UBERLÂNDIA não é um jornal udenista, isto é, não pertence à UDN. Ele é propriedade de um grupo de pessoas desta cidade, na sua quase totalidade filiadas à UDN, mas não tem compromissos incondicionais com essa corrente política.*

*Pertencentes a pessoas filiadas a esse partido, dirigido por pessoas de tendências udenistas, não está obrigado a fazer a política do partido e mantém, como sempre manteve, uma linha de conduta independente, criticando aquilo que reputa errado, mesmo quando parte desse partido, a que não deve obediência. (...)”<sup>28</sup>*

Apesar de afirmações como esta, a “neutralidade” ou a “imparcialidade” nunca estiveram presentes nas matérias publicadas pelos jornais. Ao contrário, a seletividade da informação e seu cunho social transformavam as opiniões veiculadas em interpretações de consenso geral, anulando as divergências e as expressões de classe que elas significavam.

Nesta perspectiva, percebendo que os documentos históricos são parte da memória, e que a memória não é, por si só, História, mas que a História se faz também a partir de memórias, propomos submeter essas memórias a uma análise mais profunda, possibilitando a recuperação do social enquanto um espaço pautado pela diversidade e pelo confronto.

Trabalhando com o olhar da imprensa sobre o quebra-quebra de 1959, pretendemos perceber quais representações ela busca afirmar; quais elementos esses interlocutores privilegiam; como o social, enquanto espaço da heterogeneidade e do conflito, é retratado; qual a imagem que se tem, nesse momento, acerca dos forasteiros que vivem em Uberlândia. Enfim, qual quebra-quebra esses órgãos de comunicação nos trazem à tona.

Dentro do contexto do final dos anos 50, onde imperava a carestia e uma avassaladora onda de alta dos preços, o aumento dos ingressos dos cinemas, que passou de 18 para 30 cruzeiros, foi o estopim para o início da revolta popular, assim narrado por Nunes:

*“(...) Na noite do dia 19, Domingo, o povo aglomerado em frente aos cinemas deu vazão à sua fúria contra a exorbitância dos novos preços, num salto incontrolável.*

*(...) Concluída a destruição dos cinemas, o povo foi dormir (descansar) para continuar no dia seguinte o assalto às casas comerciais. Foram dois os alvos da população sublevada: Armazéns Messias Pedreiro e Casa Caparelli. Ali, além de depredar, danificar e incendiar, procedeu ao saque de mercadorias.”<sup>29</sup>*

---

<sup>28</sup> “Este Jornal e a Política”, *Correio de Uberlândia*, 04/02/54, p.01.

<sup>29</sup> NUNES, Leandro José. *Cidade e Imagens: Progresso, Trabalho e Quebra-Quebras – Uberlândia 1950/1960*. São Paulo: PUC, Dissertação de Mestrado, mimeo, 1993, p.92.

Diante de tais acontecimentos, montou-se um forte esquema de repressão, inclusive com reforço vindo de outras cidades. O resultado foi a prisão abarrotada de gente, grande número de feridos e mortes<sup>30</sup>. Algumas vítimas, fatalizadas por balas perdidas enquanto tentavam fugir do tumulto.

Desse conturbado momento da história da cidade, uma pluralidade de memórias se construíram. Na imprensa escrita nacional, o quebra foi destaque, entre outros veículos de comunicação, nas revistas *Cruzeiro* e *Manchete*, sendo que na primeira o fato aparece inclusive noticiado na capa.

Importantes formadoras de opinião desse período, essas revistas enviaram jornalistas a Uberlândia exclusivamente no intuito de cobrir tais acontecimentos. Uberlândia, outrora noticiada por suas riquezas, seu povo pacífico e acolhedor, agora aparece sob as manchetes de “Rebelião da fome agita Uberlândia”<sup>31</sup> e “Guerra em Uberlândia”<sup>32</sup>.

Numa análise dos textos dessas reportagens, percebemos uma tônica comum: a violência avassaladora perpetrada durante o quebra-quebra. Porém, a indicação dos motivos que o desencadeou difere, ainda que, em alguns momentos, com elementos que se aproximam.

Para a Revista *O Cruzeiro*<sup>33</sup>, foi a *fome* que *comandou as operações* na cidade, causando uma verdadeira *guerra* que, numa *página inédita*, a tirou de seus *hábitos de paz*. Note-se que o habitual, o “normal”, era que a paz reinasse em Uberlândia. Essa era a marca perene da cidade, constantemente alimentada pelos discursos oficiais. A

<sup>30</sup> Conforme jornal *O Repórter*, Uberlândia, 21/01/1959, p. 01: “Mortos: \_Pedro Sérgio França, de 15 anos (...) Recebeu ferimento de bala, no pescoço. Maria Eurípedes de Oliveira, 13 anos (...) que recebeu um tiro na cabeça”. No dia 22/01/1959 o jornal *Correio de Uberlândia* fala de quatro mortos.

<sup>31</sup> FRANCO, José. Rebelião da fome agita Uberlândia. Revista *O Cruzeiro*, 07/02/1959.

<sup>32</sup> BOUZAN, Walter. Guerra em Uberlândia. Revista *Manchete*, 07/02/1959.

<sup>33</sup> FRANCO, José. Op. cit.

violência, o conflito, a *guerra* eram elementos estranhos que, até então, não faziam parte da história de Uberlândia. E o elemento que havia desencadeado esse processo era a fome. Fome capaz de transformar, de um momento para outro, a índole de um povo. Povo que era “de paz” e passou a ser “de guerra”. Fome que existe por si só, que, na reportagem, não cabia ser explicada ou associada a um sistema de governo ou a uma administração política mal sucedida. Enfim, é ela, a fome, quem *comandou as operações*.

O saldo desses acontecimentos foi a morte de *duas crianças de coração limpos e olhos sem maldade* que foram *fuziladas* pela polícia. Que pagaram com suas vidas por sentirem fome. E a revista vai além ao afirmar que o protesto *não foi contra o Governo. Não foi contra ninguém. Foi simplesmente contra a fome*.

Assim, depois de depredarem os cinemas Regente, Uberlândia, Paratodos e Éden Cinema, grupos de *agitadores* passaram a saquear e incendiar as casas de diversão. Nesse ponto, *o bom sangue da gente de Uberlândia* se mistura ao sangue de *agitadores*. Não é mais a fome que comanda as operações, mas a ação desses elementos que, misturando-se aos pecados uberlandenses, trazem a violência para a história da cidade.

No dia posterior, os acontecimentos funestos prosseguem com saques a duas casas comerciais da cidade, *Casas Caparelli* e *Messias Pedreiro Importação e Exportação*. *Mulheres, crianças e velhos* são descritos pelo repórter carregando os produtos da pilhagem – principalmente sacas de arroz. No embate com a polícia, o texto relata que pareciam *uma turba de loucos famintos, cuja única preocupação era saciar a fome, ainda que em troca da própria vida*.

A vida ou a morte tornam-se circunstanciais quando comparadas à necessidade de saciar a fome. Pessoas tranqüilas e ordeiras, associadas às imagens de mulheres, crianças e velhos (em outros termos, a docilidade, a inocência e a experiência) transformaram-se em loucos famintos. Nota-se que a figura masculina não compõe as descrições daqueles que participaram do quebra. E a *turba* era formada por pessoas não somente loucas, mas loucas e famintas, como a justificar toda loucura em nome da necessidade de saciar a fome.

Ao fim da reportagem, o narrador relata que os *tristes episódios* tiveram início com uma *passeata pacífica* dos estudantes, que então protestavam contra o aumento do preço dos cinemas. Logo depois, iniciaram eles uma “*fila-boba*” em frente ao *Cine-Uberlândia*. Tudo poderia ter terminado aí, não fossem os *elementos estranhos* que *entraram imediatamente em ação*.

O repórter prossegue classificando em três grupos distintos os responsáveis pela tragédia: *arruaceiros, quebradores e saqueadores*. Sendo que, entre o último grupo, notou ele a grande presença de mulheres que *apanhavam da Polícia como se fossem homens*.

Por último, coloca que a opinião corrente em Uberlândia era a de que o movimento foi *organizado e dirigido por comunistas*, que usaram o aumento do cinema para executarem um plano *previamente estudado*.

Ou seja, tira-se dos agentes a responsabilidade política por suas ações. Nesse episódio, as pessoas foram conduzidos pela fome. A exemplo das mulheres saqueadoras, levando comida a seus lares, essas pessoas estavam *loucas e famintas*, e foram usadas por *elementos estranhos* que, planejadamente, numa ação articulada e organizada, se infiltraram no meio de uma movimentação *pacífica*, para colocarem

em prática seu funesto plano. O “bom uberlandense” foi apenas uma vítima; ora da fome, ora dos comunistas.

Semelhante à *Revista Cruzeiro*, a *Revista Manchete*<sup>34</sup> enfatizou a violência dos acontecimentos que transformaram Uberlândia em uma *praça de guerra*, onde, de um lado, estava *o povo* e, de outro, *a polícia*. Segundo esta perspectiva, tudo aconteceu por causa da *carestia*, pois *os uberlandenses vinham mostrando-se irritados com a elevação vertiginosa do custo de vida e não puderam conter os nervos quando tiveram notícia do aumento dos ingressos do cinema*. Como no editorial anterior, *comunistas, arruaceiros e marginais*, em meio à massa, aproveitaram-se da ocasião para realizar pilhagens.

Como podemos perceber, a reportagem responsabiliza diretamente o alto custo de vida e a carestia pelo descontentamento da população. Não é mais a fome, distante e subjetiva, que comanda as operações: são os aumentos de preço vertiginosos que então ocorriam.

E, em meio àqueles que estavam descontentes por um motivo legítimo \_ *a carestia*\_ encontravam-se também elementos de índole questionável, *comunistas, arruaceiros e marginais*. Aparentemente contraditório, o editorial cria uma dicotomia que permite visualizar dois grupos de manifestantes: aqueles que agiam motivados pela carestia, e aqueles que estavam ali apenas para tumultuar e realizar saques, aproveitando-se do momento. Note-se que, tanto a opção política pelo comunismo, quanto os títulos de *arruaceiros e marginais* são colocados numa escala próxima de valores, num nível próximo de periculosidade, justificando o receio que então tinha-se dos adeptos do PCB que, segundo os jornais locais, transformaram Uberlândia em uma autêntica “Moscou brasileira”.

Em entrevista ao Projeto Depoimentos a Sra. Olívia Calábria<sup>35</sup>, colaboradora do Partido Comunista local, nos apresenta sua versão dos acontecimentos de 1959: *“(...) naquele tempo eu vivia na rua, então eu via os, os blocos, 4, 5 de lá e eu percebia qualquer coisa no ar, que havia um descontentamento muito grande e uma organização que chama organização espontânea. Não é guiado por ninguém. É popular. (...) Então, foi um movimento espontâneo. Não foi guiado por ninguém. Muita gente queria por culpa no Partido Comunista.”*

Embora reconhecendo que os comunistas eram, muitas vezes, responsabilizados pelos conflitos acontecidos na cidade, a depoente contrapõe-se à visão da imprensa local, não reconhecendo a presença do Partido no quebra-quebra.

Percebemos que realmente o Partido Comunista estava presente em várias falas, seja na imprensa nacional, local ou nos depoimentos, quando se tentava encontrar os responsáveis pelo quebra-quebra. Porém, nenhum grupo assumiu publicamente a autoria dos acontecimentos.

Por outro lado, os documentos nos apontam ter se tratado de uma manifestação espontânea.. Aliás, esse seria um dos fatores que levou ao arquivamento do inquérito então aberto para apurar responsabilidades. Não podemos afirmar se houve ou não grupos políticos que se aproveitaram do movimento em nome de interesses específicos. Se o Partido comunista participou ou não do quebra-quebra de 1959 não nos cabe dizer. O que se evidencia é o interesse que a imprensa e as elites dirigentes têm em responsabilizar grupos ou elementos rotulados de baderneiros, arruaceiros e

<sup>34</sup> BOUZAN, Walter. Op. cit.

<sup>35</sup> CALÁBRIA, Olívia. Entrevista concedida ao Projeto Depoimentos, parceria entre a Prefeitura Municipal de Uberlândia e a Secretaria Municipal de Cultura, em 19/01/1990, Teatro Rondon Pacheco, Uberlândia-MG. Este depoimento, junto a outros que abordam várias temáticas a respeito da cidade de Uberlândia e que não foram utilizados neste trabalho por opções metodológicas, estão catalogados e disponíveis no Arquivo Público de Uberlândia.

bagunceiros, a escória social, pela violência e gravidade dos acontecimentos. Com isso mantêm-se a continuidade da imagem do trabalhador uberlandense, da gente pacata e ordeira que tornou a Uberlândia desse período conhecida pelos codinomes de “Cidade-Jardim”, “Cidade-Maravilha” e “Metrópole do Interior”.

A própria UESU (União dos Estudantes Secundários de Uberlândia) manifestou-se a respeito do seu envolvimento no quebra-quebra, pois apesar de ter organizado a “fila-bôba” na porta do cinema, *jamais foi intenção daqueles colegas promover qualquer manifestação semelhante ao ‘quebra-quebra’ que se originou*<sup>36</sup>, afirmando ainda que o número de estudantes nas violentas manifestações era insignificante.

A reportagem da *Revista Manchete* segue mostrando que Uberlândia, por sua posição geográfica estratégica, servindo como entreposto comercial entre várias regiões, é extremamente sensível às *oscilações do comércio* e às *questões de preço*. E esse certamente foi um fator possível de explicação da reação da cidade frente ao aumento do preço dos ingressos.

No primeiro dia do quebra-quebra de 1959, a multidão *enfurecida e violenta* iniciou o *arrasamento* dos quatro cinemas. A polícia, *com apenas 25 homens, pouco pode fazer*. No outro dia, *três mil pessoas* arrasaram duas casas comerciais. Não podendo mais controlar a situação, a polícia, temendo ameaça contra o comércio no centro da cidade, *abriu fogo, matando dois jovens e ferindo mais de uma centena de pessoas, 22 das quais gravemente*. A cidade, então, *parecia um campo de batalha*.

Sabemos que, em *um campo de batalha*, a lei que domina é “matar ou morrer”. Aqui, a polícia não estava sendo ameaçada diretamente. Mas o capital privado estava.

---

<sup>36</sup> UESU esclarece “Operação Fila-boba”, *Correio de Uberlândia*, 24/01/1959, p.05.

Logo, colocando-se ao lado do capital, os manifestantes eram os inimigos diretos da polícia. Veja bem que *não podendo mais controlar a situação*, a polícia abre fogo, causando mortes e feridos. Logo, a sua intervenção justifica-se pela necessidade de proteger os estabelecimentos comerciais e a ordem que estavam sendo ameaçados. Agiu a polícia em nome de um dever maior que a vida dos manifestantes. Agiu em nome do capital.

Por último, o repórter lembra que Uberlândia havia, a pouco tempo, comemorado o seu centenário de fundação<sup>37</sup> e, no entanto, agora atravessaria *muitos meses até que se apaguem os vestígios do maior abalo de sua história*.

A sua história, até então conduzida pela ótica do progresso e do desenvolvimento, vivenciou um acontecimento não previsto pelos discursos dominantes. Mas era preciso *que se apaguem os vestígios* do quebra-quebra, que se excluísse, mesmo demorando muitos meses, essa mancha negra que o quebra impingira à história da cidade.

Quando nos voltamos para a imprensa local, tendo como objeto de análises os dois principais jornais do período<sup>38</sup>, *O Repórter* e *Correio de Uberlândia*, percebemos posturas semelhantes às das revistas analisadas.

Num primeiro momento, na edição do dia 19/01/1959<sup>39</sup>, primeiro dia do quebra, o jornal *O Repórter* apontava que a COFAP (Comissão Federal de

<sup>37</sup> Possivelmente, o repórter se refere à 1852, quando teve origem o distrito de São Pedro do Uberabinha, que posteriormente originou a cidade de Uberlândia.

<sup>38</sup> Ao abordar os jornais *Correio de Uberlândia* e *O Repórter*, percebemos que ambos tendem a uma linha conservadora. Porém, mesmo que estes expressem uma consonância com os ideais desenvolvimentistas em voga à época, observamos graus diferentes de cumplicidade dos jornais com relação ao governo. Durante todo o período por nós pesquisado (1950-1970) notamos que, paralelamente às apologias ao desenvolvimentismo, há também a incidência de notícias retratando vários problemas sociais presentes neste período. Isso ocorre em maior grau no jornal *O Repórter*, mas não chega a caracterizar uma oposição definida ao governo e seus projetos. Até porquê não se tem uma crítica direta à causa maior destes problemas, ou uma relação destes com as lacunas da política

Abastecimento e Preço) era a grande responsável pelo descontentamento provocado pelo aumento do preço dos cinemas, onde *o resultado funesto não se fez esperar, em Uberlândia. Houve revolta de certos elementos, visando as nossas casas de diversões, quando a maior culpada era a COFAP, órgão governamental sem equilíbrio e sem lógica, a infelicitar o Brasil de canto a canto.*

Dois dias depois, no dia 21/01/1959<sup>40</sup>, o jornal já apontava que *uma sícia de saqueadores, aproveitando-se do protesto estudantil, entrou em cena para saquear, depredar e incendiar estabelecimentos de diversões, casas comerciais e industriais, com uma verdadeira fúria com instintos bestiais.*

A revolta popular, que num primeiro momento aparece como praticamente inevitável frente aos desmandos da COFAP, ilegítima-se quando torna-se ação de uma sícia de saqueadores. Perdendo o seu caráter de protesto político contra um governo incapaz de contemplar grande parte da população em seus projetos, o quebra-quebra passa a ser conduzido por *instintos bestiais*, desvinculando-se da contextualização política que até então estava inserido.

O Jornal *Correio de Uberlândia* reforça essa visão: *a família uberlandense, horrorizada, ofendida em sua pacífica condição, enlutava-se com a atitude de uma multidão de vândalos que não protestava contra nada*<sup>41</sup>. O que houve, de acordo com o editorial, foi *pilhagem organizada* e isso nunca representou qualquer forma de protesto pelo alto custo de vida. Pois, passado o movimento inicial, quando *alguém começou a insuflar o povo à depredação do patrimônio particular*, os manifestantes

---

desenvolvimentista. Os documentos pesquisados encontram-se disponíveis no Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

<sup>39</sup> “Depredados e arrasados os quatro cinemas da cidade”. *O Repórter*, Uberlândia, 19/01/1959, p.01.

<sup>40</sup> “Arrombamento, pilhagem e incêndio”. *O Repórter*, Uberlândia, 21/01/1959, p.01.

<sup>41</sup> “Uberlândia em praça de guerra”. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 22/01/1959, p.01.

iniciais, *gente séria, estudantes, comerciários*, afastaram-se para dar lugar aos *moleques das vilas*<sup>42</sup>.

Nesses trechos da reportagem, percebemos que há uma clara distinção entre aqueles que protestavam pacificamente, *gente séria, estudantes, comerciários*, integrantes da *família uberlandense*, e aqueles que só estavam ali para pilhar, os *moleques das vilas*; como a dizer que aqueles que habitavam as periferias, logo, as moradias mais simples, compunham os *vândalos*, e a gente do centro, morando em lugares mais afastados, era a *gente séria*.

Em outra reportagem, o jornal *Correio de Uberlândia* vincula o movimento à conjuntura nacional, reconhecendo sua maior abrangência. *Sem dúvida alguma das depredações foram o resultado da contingência de grandes revoltas do povo explorado, roubado, esfomeado, sem ninguém que os defendesse dos preços extorsivos. Logo, foi a eclosão desses recalques que comandou a multidão enfurecida. Foi o choque entre o espetáculo da afrontosa opulência em confronto com os pratos vazios e a barriga roncando que comandou a revolta. Assim procederam os revoltados, os que não suportaram mais ver o choro faminto de oito filhos num barracão desconfortável, os que não sabem o que é governo, os que ignoram que o culpado pela sua miséria se chama governo, tem feitores e capatazes cruéis chamados COFAP*<sup>43</sup>.

Esta reportagem intitula-se “*Aproveitadores saquearam à sombra de um povo faminto*” e reforça a distinção entre a população pobre revoltada, que se manifestava na rua contra a política governamental, e a multidão de *vândalos* que destruíam, depredavam e roubavam. Os primeiros faziam parte da população ordeira e trabalhadora que caracteriza o discurso das elites dirigentes e que, em função da insatisfação com os

<sup>42</sup> “Povo protestou contra aumento no preço dos cinemas: depredou”. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 22/01/1959, p.01.

<sup>43</sup> “Aproveitadores saquearam à sombra da revolta de um povo faminto”. *Correio de Uberlândia*, 22/01/1959, p. 06.

constantes aumentos de preços, manifestaram-se com ações diretas sobre os armazéns atacadistas, fornecedores de gêneros de primeira necessidade.

O Estado aparece como inimigo direto das camadas populares. Os *aproveitadores* eram criminosos por usarem a situação para atacarem a propriedade privada, *à sombra de um povo faminto*.

E para controlar esses *moleques das vilas* foi requisitado reforços policiais de outras cidades, os quais *agiram com a máxima energia, quatro mortos, se falassem, poderiam atestar*<sup>44</sup>. Controlaram a situação, *disparando mais de 500 tiros e cerca de 50 rajadas de metralhadoras*.

A força da repressão conseguiu amainar a revolta popular. À custa de vidas interrompidas bruscamente pelas rajadas de metralhadoras, tentou-se retornar ao estado “natural” das coisas. De um lado, os detentores do capital, os donos de quase tudo; de outro, os famintos e despossuídos, donos de quase nada.

O que começou como um protesto ao aumento abusivo dos preços do cinema, principal forma de lazer de uma cidade que contava, em 1959, com 87.678 habitantes<sup>45</sup>, entre os quais 14.848 estudantes, transformou-se em algo maior: um protesto contra as péssimas condições de vida de uma grande parcela da população que não foi incluída nos benefícios da modernização. As camadas populares, ao demonstrarem sua capacidade política de resistência ao status estabelecido, contrariavam a visão burguesa de que os trabalhadores eram parceiros iguais no projeto de industrialização e traziam à tona a desigualdade e a hierarquia características desse processo.

Porém, nem mesmo esse protesto parece ter sido compreendido e retratado em sua verdadeira significação. Um indício disto é quando esse mesmo jornal afirma que o *material arrancado aos cinemas era trazido para a rua, entre gritos, e incendiado*

---

<sup>44</sup> “Polícia chegou e atuou com máxima energia”. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 22/01/1959, p.01.

*sobre o asfalto. Perigosas fogueiras erguiam chamas para o alto, enquanto a multidão bradava. Inúteis foram os pedidos de calma. Inúteis todas as intervenções. Uma multidão enfurecida (não se sabe por que) destruía tudo.”<sup>46</sup>*

Essa *multidão enfurecida* protestava contra o sonho utópico da “Cidade Jardim”, que, sabiam, não solucionaria seus problemas e nem os elegeira a participar dos caminhos da cidadania. Entre “o ouro e a miséria”, somente esta última lhes cabia.

A “Cidade Jardim” agora envergonhava-se da marca que o quebra-quebra gravara à sua história, até esse momento tão bem conduzida pela ótica otimista do progresso.

Representando a categoria empresarial, a ACIUB\_ *Associação Comercial e Industrial de Uberlândia*\_, teve uma postura semelhante à imprensa local. O ex-Presidente da Associação denunciava que *Uberlândia e seu povo não mereciam uma tão infeliz propaganda. Os responsáveis pelo fato, porque responsáveis devem existir, deram prova do desprezo e da falta de amor a esta cidade acolhedora e pródiga.*

*Outra é a civilização do uberlandense, tão afeito ao trabalho, ao progresso, ao respeito pelo próximo<sup>47</sup>.*

Assim, a elite local procurava preservar a imagem do cidadão uberlandense, responsabilizando outros sujeitos, no caso “os de fora”, pelo quebra-quebra. Uma estratégia maniqueísta, onde os uberlandenses continuariam sendo um povo ordeiro e digno de admiração, enquanto os “uberlandinos”, como eram conhecidos os forasteiros, seriam os verdadeiros responsáveis pela tragédia ocorrida.

<sup>45</sup> Índice citado em: VASCONCELLOS, Maria Helena Falcão. *Dias de Violência: O Quebra*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1999.

<sup>46</sup> “Povo protestou contra aumento no preço dos cinemas: deprecou”. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 22/01/1959, p.01.

<sup>47</sup> *Correio de Uberlândia*, Uberlândia 15/02/59, p.04.

O paradoxo se expunha em todas as suas faces. Quebrara-se a imagem que então tentava-se cristalizar da pacata, progressista e ordeira Uberlândia.

## **Cap. 2 :**

**Entre quebras e depredações: a revolta popular de 1959 sob a perspectiva da história oral**

### **2.1 - Visitação à memória**

## Cap. 2 – Entre quebras e depredações: a revolta popular de 1959 sob a perspectiva da história oral

### 2.1 - Visitação à memória

*“Quando lá entro, mando comparecer diante de mim todas as imagens que quero. Umam apresentam-se imediatamente, outras fazem-me esperar por mais tempo, até serem extraídas, por assim dizer, de certos receptáculos ainda mais recônditos. Outras irrompem aos turbilhões e, enquanto se pede e se procura uma outra, saltam para o meio como que a dizerem: \_ Não seremos nós? \_ Eu, então, com a mão de espírito, afasto-as do rosto da memória até que se desanuvie o que quero e do seu esconderijo a imagem apareça à vista”<sup>48</sup>*

*(Santo Agostinho)*

As manifestações de quebra-quebra, ocorridas em 18 e 19 de janeiro de 1959 em Uberlândia-MG, aconteceram como protesto contra o aumento do custo de vida. O estopim foi o aumento dos preços da entrada dos cinemas, que passou de 18 para 30 cruzeiros. A população, inicialmente formada por estudantes e depois por pessoas de várias categorias, sentindo-se atingida, iniciou os protestos.

Conforme relatos e jornais da época, inicialmente fizeram passeata e “fila-boba”, aglomerando-se nas portas dos cinemas que, posteriormente, foram invadidos depredados e incendiados<sup>49</sup>. Foi o momento do povo nas ruas, espontaneamente, protestando e destruindo.

<sup>48</sup> AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Petrópolis: Vozes, 1988, p.224.

<sup>49</sup> “Povo protestou contra aumento no preço dos cinemas: depredou”. *Correio de Uberlândia*, 22/01/59, p.01

Depois da destruição dos cinemas no domingo, veio a expectativa do que poderia acontecer na segunda-feira, inclusive vindo reforço policial da cidade de Uberaba. Rumores alertaram que o movimento continuaria no mercado central da cidade, local para onde foi quase todo o contingente policial. Entretanto, lá havia apenas mulheres e crianças, que tentavam chamar a atenção dos policiais, enquanto na Av. João Pessoa ocorria verdadeiramente a continuação da violência e dos saques<sup>50</sup>.

Duas casas comerciais foram saqueadas: Messias Pedreiro e Casa Caparelli. Após esses saques, chegou reforço policial de Belo Horizonte e a violência voltou-se contra a população, deixando um saldo de 04 pessoas mortas, 12 feridas e 200 presas.<sup>51</sup>

Esses acontecimentos são narrados de forma diferenciadas pelas pessoas em seus depoimentos. Diferentes nuances se desenrolam neste resgate, onde cada entrevistado elege seus principais agentes históricos, descortinado o quebra-quebra no ontem à luz do momento atual de suas vidas. Valores, opiniões, mágoas, frustrações, saudades... tudo se mescla quando tentamos resgatar suas memórias. Memórias que, para nós, constituem valiosíssimos documentos históricos. Pedços de vida que podem nos revelar o que foi o quebra, ou o que não foi, ou ainda, o que o entrevistado gostaria que tivesse sido.

Cabe-nos, acima de tudo, cautela no manusear essas memórias, procurando aqui resgatar outras versões possíveis deste intrigante acontecimento. Não a versão propriamente “verdadeira” dele, apenas possível. Pois, como sabemos, cada um de nossos interlocutores carrega suas verdades. E, aqui, não pretendemos emitir juízo

---

<sup>50</sup> “Movimento marcou um ponto e atacou outro: estratégia”. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia 22/01/59, p.01.

<sup>51</sup> Dados todos obtidos jornal *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 22/01/59.

de valor sobre elas. Fundamentalmente queremos enriquecer esse leque de possibilidades de análise que o quebra possibilita.

Não elegeremos, num confronto entre diferentes memórias, aquela ou aquelas que têm o caráter de História. Não nos cabe, enquanto historiadores, esse papel. Se o conflito de olhares nos apresenta diferentes nuances de um mesmo fato histórico, cabe-nos analisar os elementos constituintes dessa memória, como ela se organiza, que elementos/interesses traz em si.

Num contexto em que a historiografia, para dar conta da pluralidade do real, multiplica suas perspectivas teórico-metodológicas, é necessário pensar por que as temáticas da memória e da história oral passaram a ocupar amplos espaços, como se pudessem, por si só, redimirem as lacunas do conhecimento histórico. Essa reflexão é necessária para não cairmos em extremismos onde a fonte oral passa a falar por nós, constituindo-se ela a própria História, sem necessidade de mediadores.

Um dos aspectos mais interessantes propiciados por este tipo de fonte é que não apenas se chega ao conhecimento dos fatos, mas também à forma como o indivíduo os vivenciou e percebeu. Logo, é de importância vital resgatar a subjetividade do relato, que se constitui ele próprio em fato histórico.

Em nossa concepção, a história oral lida com fontes orais, enquanto uma documentação a mais, capaz de enriquecer a análise histórica. Fontes escritas e orais não são mutuamente excludentes. Elas têm em comum características autônomas e funções específicas que somente uma ou outra pode preencher (ou que um conjunto de fontes preenche melhor do que a outra). Desta forma, requerem instrumentos interpretativos diferentes e direcionados. A depreciação ou a supervalorização das fontes orais termina por cancelar suas contribuições ao debate historiográfico, tornando-

as ou meros suportes para fontes tradicionais escritas, ou cura ilusória para todas as doenças.<sup>52</sup>

Quando trabalha-se com história oral, trabalha-se também com os sentimentos dos depoentes, com sua subjetividade. O quebra foi um momento extremamente violento da história da cidade. Logo, alguns depoimentos deixam-nos impressionados e estarecidos. Porém, nossa tarefa é, antes de tudo, interpretar criticamente todos os documentos e narrativas.

Quando lidamos com a diversidade de memórias, não se deve apenas pensar num conflito entre a memória comunitária pura e espontânea e outra oficial, “ideológica”, de forma que, uma vez desmontada esta última, se possa assumir a autenticidade não mediada da primeira. Na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas.<sup>53</sup>

Parafraseando José Luiz Fiorin<sup>54</sup>, saber se o falante revela ou não sua verdadeira visão de mundo, ao enunciar um discurso, não é problema do analista do discurso, uma vez que a análise não é investigação policial. A análise, em síntese, não se interessa pela “verdadeira” posição ideológica do enunciador, mas pelas visões de mundo inscritas no discurso.

Ao tentar rememorar sua trajetória, o depoente vai à busca de sua própria identidade. Ao contar suas experiências e emitir suas opiniões, conferindo sentido a seus gestos, o ator se torna sujeito de seus próprios atos, percebendo seu papel singular

---

<sup>52</sup> PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: *Revista Projeto História*. São Paulo: PUC/SP, n° 14, fev./77, p. 26.

<sup>53</sup> Ver: PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana: mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (Orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

<sup>54</sup> FIORIN, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

na totalidade social em que está inserido. As histórias de vida não esclarecem necessariamente os fatos passados; mas são interpretações atuais deles.

Usar fontes orais enquanto um caminho de construção do conhecimento histórico, significa não apenas incorporar indivíduos ou coletividades marginalizados ou pouco representados nos documentos escritos, mas elas também trazem a possibilidade de facilitar o estudo de atos, acontecimentos e situações que a racionalidade de um momento histórico concreto não permite que apareçam em documentos arquivísticos ou escritos. Daí, a sua contribuição em permitir conhecer e compreender situações insuficientemente estudadas até agora. E não apenas conhecer os fatos, mas principalmente perceber os sentidos e os significados que os depoentes dão às suas vivências, pois... “*fontes orais podem não adicionar muito ao que já sabemos, por exemplo, o custo material de uma greve para os trabalhadores envolvidos; mas contam-nos bastante sobre seus custos psicológicos.*”<sup>56</sup>

O entrevistado não relata um fato como ele aconteceu, mas sim a partir de algumas memórias que ele considera mais importantes, e ao mesmo tempo renunciando a outras. E essa reelaboração sempre se faz à luz do seu presente. Mas, ao recordar sua trajetória, o depoente está também procurando construir sua própria identidade, principalmente a partir das experiências nas quais se considera parte.

Logo, entendendo a história oral enquanto metodologia de trabalho possível ao profissional de História, a propomos em nossa análise como uma alternativa às interpretações estruturais e como um contraponto ao discurso homogeneizador, que nega o caráter plural dos acontecimentos.

---

<sup>56</sup> PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: *Revista Projeto História*. São Paulo: PUC/SP, n° 14, fev./77, p. 29-30.

## 2.2 – “É pior um estouro de povo do que um estouro de boiada”<sup>56</sup>

A fala reproduzida acima é do Sr. Raul Pereira de Rezende, conhecido político de Uberlândia, que inclusive ocupou vários cargos, na Câmara de Vereadores e na Prefeitura. Ela expressa bem o grau de violência do quebra-quebra, lembrando que em 1959 a cidade possuía menos de 90.000 habitantes, conforme dados do IBGE de 1960. Era conhecida por seu povo pacato e ordeiro e, entre outros títulos, era conhecida como “Cidade Jardim”.

Vários entrevistados, no entanto, trazem em suas falas a imagem da cidade pacata e ordeira, ressaltando que o pequeno índice de violência registrado daquele período (final dos anos 50) era um dos principais motivos que tornava Uberlândia um lugar bom para se viver. Obviamente devemos perceber esses relatos, feito nos anos 90, considerando as relações entre presente e passado, e os valores construídos pelos depoentes nas suas trajetórias de vida. Hoje Uberlândia conta com mais de meio milhão de habitantes, conforme dados do IBGE 2000, e apresenta um grande índice de violência. Essa vivência de hoje talvez explique a ênfase que os depoentes deram à sua ausência no ontem:

*“Era uma cidade boa, só que era pequeno Uberlândia naquele tempo. Uberlândia era...eu saía do cinema sozinha, cinco minutos tava em casa”<sup>57</sup>.*

*“A minha vó dormia com a porta cerrada. Não tinha ladrão, era uma cidade boa demais. Num tinha nada. Uberlândia era uma cidade boa demais. Não...cê num via*

<sup>56</sup> REZENDE, Raul Pereira de. Entrevista concedida ao Projeto Depoimentos, em 24/01/1990, Teatro Rondon Pacheco, Uberlândia-MG. O depoente foi Vereador por 04 vezes, Vice-Prefeito e Prefeito de Uberlândia.

<sup>57</sup> SOARES, Vicentina. Reside em Uberlândia desde 1927; trabalha nos cinemas da cidade há 60 anos. Atuou como lanterninha e, atualmente, é porteira. Trabalhava no Cine Éden quando houve o quebra. Tem 78 anos. Entrevista realizada em 26/09/2001, Uberlândia-MG.

*falar em nada de violência em Uberlândia não. Isso era raro. (...) Minha vó saía pra casa dos vizinhos, deixava a casa aberta”.*<sup>58</sup>

O mito da cidade-jardim aparece praticamente em todos os depoimentos. Mesmo quando são enumerados os vários problemas sociais da época, como a mendicância, a pobreza ou a falta de acesso às escolas, percebe-se que, paralelamente, subsiste a imagem da cidade que fascina, fazendo-se objeto de desejo de grande número de forasteiros que para aqui se dirigiram:

*“Tinha pobreza sim. E muita. Não era poca não. A gente vivia ajudando aí, que Uberlândia era pequena, todo mundo podia. Tinha pobreza sim”.*<sup>59</sup>

*“Tinha muita pobreza. Toda vida tinha muita pobreza. Sempre as mulheres de antigamente lavava roupa pra fora, os muleque quando era pequeno engraxava na porta de bar. Essa vida assim. Estudar mesmo, por exemplo, igual no meu caso, comecei a estudar eu tava com 11 anos.”*<sup>60</sup>

Analisando essas falas, podemos pensar que há uma contradição na visão que depoentes apresentam para a Uberlândia do período do quebra-quebra. Como uma cidade com tanta pobreza podia ser uma cidade boa? Note-se que selecionamos falas dos mesmos depoentes para ressaltar a aparente ambigüidade de seus discursos. Aparente porque o ser humano tem vários planos de existência. Logo, no plano da tranquilidade, da não violência, das relações interpessoais, Uberlândia era uma cidade boa, uma “Cidade Jardim”. Mas, certamente, enquanto pessoas de categorias menos abastadas, Vicentina Soares e Eurípedes José percebiam a pobreza latente que reinava

<sup>58</sup> SANTOS, Eurípedes José dos. Funcionário Público. Natural de Araguari-MG, nascido em 02/04/1951; estudou até o 4º ano primário; Tinha 09 anos quando aconteceu o quebra. Entrevista realizada em 03/10/2001, Uberlândia-MG.

<sup>59</sup> SOARES, Vicentina. Entrevista. 26/09/2001

<sup>60</sup> SANTOS, Eurípedes José dos. Entrevista. 03/10/2001.

na cidade. Mas como o mito da “Cidade Jardim” conseguiu fazer-se predominar com tanta força?

Um mito não é necessariamente uma história falsa ou inventada; é uma história que se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento ou representação individual (factual ou não), transformando-o na formalização simbólica e narrativa das auto-representações partilhadas por uma cultura. Quando falamos de um mito, não falamos de mentiras, mas de uma verdade, uma evidência. Ele tem uma base sólida e só se realiza se tem o pé assentado na realidade objetiva pré-existente. É uma evidência de um momento, respaldado por um grupo social.

O mito impõe-se com toda sua autonomia. Constitue ele próprio um sistema de crença coerente e completo. Para Raoul Girardet<sup>61</sup> é equivocadamente que se crê que o mito é sempre mentiroso. O mito torna-se história. Ele é o impulso psicológico, a inspiração ideal, podendo conduzir os homens para o bem ou para o mal, mas que lhes é de qualquer modo indispensável.

A aparente contradição presente nos depoimentos que trazem Uberlândia enquanto uma “Cidade-Jardim”, mesmo quando os depoentes não desfrutam deste jardim, se desfaz para dar lugar a uma interpretação dos discursos dotada de sentido e coerência para nossos interlocutores.

Analisando a postura ideológica de nosso depoentes, enquanto agentes históricos desse processo, o depoimento do Sr. Raul Pereira de Rezende, representante do poder político local, é bastante expressivo da visão da elite uberlandense acerca do quebra-quebra:

*“O povo tem umas coisas que a gente não entende. É um repente, não é?? Pra maldade principalmente. (...) Então porque que depredaram o cinema? Vão dizer que*

*depredaram o cinema no quebra-quebra aqui porque eles estavam vendendo caro, mas por que que foram depredar o Messias Pedreiro e outros? Armas, como naquele...tinha uma casa de armas na esquina ali perto do Messias Pedreiro também, que eles arrebentaram lá, carregando armas, quer dizer, sacos, malas de sacos vazios, né, pra colocar arroz, quer dizer...Então a gente não entende o povo; uma hora dessa é um perigo. É pior um estouro de povo do que um estouro de boiada. Entendeu? Porque o povo é incontrolável, ele passa por cima, mata.”<sup>62</sup>*

As ações do “povo” tornam-se incompreensíveis quando negam o poder instituído e a ordem dada. “Incapaz” de fazer uma relação entre o aumento do preço dos ingressos do cinema, principal forma de lazer da época, e as péssimas condições de vida de grande parte da população sacrificada pela proposta desenvolvimentista, o ex-prefeito de Uberlândia cobra racionalidade na execução dos saques. Ele reconhece, no entanto, a capacidade de protesto da população e o perigo de lidar com uma multidão revoltada. Se um *estouro de boiada* é passível de ser controlado, um *estouro de povo* é incontrolável.

Se essas pessoas eram privadas de uma alimentação decente, mínimo para sua subsistência, imagine de outros sonhos de consumo que puderam aflorar naquele 19 de janeiro:

*“Eu fiquei na esquina ali na, nesta hora eu estava na esquina ali, na do Fórum ali, apreciano as..., aquela bagunça. Passa um, um escurim perto de mim com um violão. Ele pegô, entrô lá dentro, tanta coisa valiosa lá dentro do Caparelli, do Armazém Caparelli, ele pegou um violãozinho daqueles vermelho, e veio com ele, passô perto de mim sorrino e falô assim “Eu aprendi a dedilhar o pinho tem mais de*

---

<sup>61</sup> GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>62</sup> REZENDE, Raul Pereira de. Entrevista. 24/01/1990.

*dez anos e nunca pude ter um violão. Agora eu tenho um". (risos) Eu, se fosse hoje eu teria chorado, da inocência dele. Achar que aquilo era, era natural. Ele fez aquilo como se aquilo fosse natural. Ele tava alegre, falou: "nunca pude ter um violão, agora eu tenho um".*<sup>63</sup>

Percebemos assim que a crise econômica é vivenciada de formas diferentes por cada agente histórico. Se para uns ela se revela na dificuldade de comprar alimentos, ou ter uma moradia adequada, para outros é a impossibilidade de realizar um sonho antigo. Um simples violão, por exemplo.

Assim, o que começara como um movimento espontâneo iniciado por estudantes, transformou Uberlândia em uma praça de guerra. Sra. Vicentina Soares, que então era funcionária do Cine Éden, relembra a violência com que se deu a destruição dos cinemas, ainda no primeiro dia do quebra-quebra:

*"Começou lá embaixo, lá no Cine Uberlândia. Ai o gerente telefonou pra mim, e eu fechei o cinema e vim embora. Mais num demorou dez minutos já tinha quebrado tudo, eles viero correno. Es pegava a lata de fita assim e jogava avenida abaixo".*<sup>64</sup>

Também para Eurípedes José este é um momento difícil de apagar da memória:

<sup>63</sup> OLIVEIRA, José Alberto de. Natural de Formiga-MG, nascido em 1949; estudou até o 2º ano primário; Atuou como varredor, tipógrafo, impressor, diagramador e revisor do Jornal *Correio de Uberlândia*. Posteriormente, como Jornalista e ex-Diretor do Jornal *O Triângulo* por 26 anos. Entrevista realizada em 18/10/2001, Uberlândia -MG.

<sup>64</sup> SOARES, Vicentina. Entrevista. 26/09/2001.

*“Nó, mais se ocê vê o estrago? Igual eu, por exemplo, eu era, nesta época eu era menino, ia no cinema todo Domingo, ia na matinê, no Cine Éden. Quando eu cheguei, que eu conhecia o cinema igual a palma da mão da gente, né, era pioio lá di dentro, que eu cheguei, que eu vi aquilo, falei “não, mais num pode gente”. Cê via cadera tudo quebrada, cortina tudo rasgada, pedaço de cortina pra todo lado, o povo carregando aquilo. Nossa, mais teve aquela calamidade.”<sup>65</sup>*

Como a violência urbana era pouco presente no período do quebra-quebra, é compreensível o assombro causado pela extrema violência que este movimento de revolta popular trouxe para a cidade. Não queremos aqui, no entanto, legitimar a máxima de cidade pacata e ordeira tão apregoada pela imprensa local, como pudemos perceber no capítulo 01. Apenas lembrar que o quebra-quebra foi o maior movimento de protesto urbano vivido pela cidade até então. Logo, tornou-se marco na história de Uberlândia por conseguir expor uma outra face da “Cidade Jardim”. Não que os problemas sociais não existissem antes ou não provocassem desejos de revoltas na população; mas é neste momento que os poderes instituídos, seja o governo ou a polícia, perdem o controle sobre os anseios da população e esta expõe toda a sua revolta, talvez da forma mais cruel que exista, através da violência:

No dia seguinte a destruição prossegue, agora contra as casas comerciais:

*“Ah, foi quebrando os trens da Avenida, lojas, vitrines, essas coisas todas...carregando os trem para casa, depois eles começaram roubando arroz, esses trem tudo do quebra-quebra”.*<sup>66</sup>

Com a chegada da polícia, o movimento é reprimido e a manifestação sufocada:

<sup>65</sup> SANTOS, Eurípedes José dos. Entrevista. 03/10/2001.

<sup>66</sup> SOARES, Vicentina. Entrevista. 26/09/2001.

*“Foi a polícia que chegou de Belo Horizonte e pôs o pau para quebrar e parou. Mais ainda ficou uns 08 dias perseguindo o povo, eles queria botar o pau para quebrar”.<sup>67</sup>*

*“Mais o sofrimento dessa tragédia não foi só aí não, num foi só com as mortes, num foi não. Isso durô meses e meses. As pessoas carregaram essas mercadorias e depois veio a repressão policial. Ai vieram as investigações, as acariações e a polícia começou a ...aí o que que virô?! Amigo ficou contra amigo, parente delatava parente. Falava: fulano tem, fulano carregô porque lá na casa dele tem. (...) É, então, o povo, de medo, delatava, contava sabe? Ai começou a polícia com um caminhão na rua recolhendo as mercadorias de volta. Sofria, aqueles que deviam e aqueles que não deviam. Muita gente apanhó, sofreu humilhação.<sup>68</sup>”*

*“Aí depois então, quando a polícia tomou posição, aquelas pessoas que tinham carregado sacos de arroz, sacos de feijão, pratos, bacias e tudo do armazém, queria se livrar daqueles objetos. Então a gente encontrava sacos de arroz, porque no dia seguinte eu sai andando e a gente via pelos matos assim, né, naqueles terrenos baldios, sacos de arroz, por ali, bacias, que o povo ia pondo lá pra ficar livre da polícia, não é? Ai eu fui numa casa, tinha uma velhinha, tava chorando demais. Então eu falei: Mais porque que a senhora tá chorando? Ela falou assim: Ah, menina. Eu fui lá, peguei meia dúzia de xícaras para mim e agora não sei o que que eu faço com essas xícaras. (risos) Então eu falei: Ah, não incomoda com isso, não. Fica com essas xícaras aí. A sra. vai devolver isso?”<sup>69</sup>*

<sup>67</sup> SOARES, Vicentina. Entrevista. 26/09/2001.

<sup>68</sup> OLIVEIRA, José Alberto de. Entrevista. 18/10/2001.

<sup>69</sup> CALÁBRIA, Olívia. Entrevista. 19/01/1990.

Nestas falas percebemos que a violência não ocorreu somente contra os cinemas e as casas comerciais. Os manifestantes também foram alvos de violência por parte da polícia. E essa violência continuou posteriormente aos dias do quebra. Para alguns ela se apresentou na forma de castigos corporais. Para outros, através das humilhações impostas pela repressão.

Devolver as provas do “crime”, meia dúzia de xícaras, por exemplo, não significaria ficar livre dessa humilhação. Ao contrário, era assumir o roubo e a qualificação de ladrão/ladra. Mas se a polícia tinha suas estratégias de repressão, como induzir que as pessoas delatassem parentes e amigos, a população também criou formas de ficar livre das punições impostas àqueles que eram descobertos com objetos dos saques. Uma dessas estratégias era abandonar esses objetos em lugares ermos. Essas pessoas pretendiam, mais do que evitar serem maltratadas pela polícia, evitar principalmente que elas fossem objeto de repúdio perante a população, mantendo-se a dignidade e o nome da família frente aos outros moradores.

Um outro relato traz a dimensão do vexame público a que foram submetidos aqueles que, por alguns instantes, foram proprietários de “pequenas riquezas”. Um saco de arroz, por exemplo.

*“Então teve um senhor, porque sempre tem aqueles que são os mais azarados, né? Então eles prenderam um senhor. Eu me esqueci o nome dele...gente trabalhador, humilde, mas gente conhecido na cidade, né. Eles puseram esse pobre coitado num caminhão, a polícia, e saía na cidade, né, com aquela faixa LADRÃO, porque tinha roubado arroz, feijão, lá. (...) Então ele...depois que passou tudo ele pegou a família e foi embora pra São Paulo. Não pôde ficar em Uberlândia. Ficou com vergonha”.*<sup>70</sup>

---

<sup>70</sup> CALÁBRIA, Olívia. Entrevista. 19/01/1990.

No mundo do capital, tudo tem seu lugar devido. De um lado, os proprietários e, de outro, os expropriados. A repressão sufoca a revolta popular. Aqueles que ousaram desafiar o instituído são expostos a público, para que sirvam de exemplo e lembrança quando alguém ousar pensar em se rebelar novamente. A violência presente neste ato, que se manifesta na humilhação da exposição pública, se insere nas disputas das forças sociais pelo poder, possibilitando a construção de uma memória que se organiza na dicotomia entre vencedores e perdedores.

Valores importantes como a honestidade, o nome e a moral da família são colocados em xeque. Para alguns, o único caminho possível é ir viver em outro lugar, tentando aí reconstituir suas vivências de outra forma.

Apenas para um depoente, gerente de um dos cinemas à época, a repressão foi pacífica: *“Não, eu num lembro de ter visto falar que, que teve morte não, porque uma que não teve confronto. É, não teve confronto porque não existia policiamento e tal, não teve confronto policial”*.<sup>71</sup>

Visão esta refutada pelo ex-prefeito Raul Pereira de Rezende:

*“Então eu, naquele época também tava, tinha uma certa atuação na cidade, eu chamei o delegado e falei: “Olha, se o senhor não decretar estado de emergência e mandar todo mundo recolher vai ser um Deus nos acuda. Vamos pra rádio, vamos pra televisão, vamos fazer isso”, “Ah! Mas será que dá certo?” “Não, vai dar. Tem que dar certo!” E fomos. Depois botou a policia na rua. Quer dizer, então as familia deixou de sair naquele horário e não foi criando dificuldades. Então ficou só os baderneiros e os baderneiros era fácil da policia resolver. Com pouca coisa acalmou a cidade. (...) Até ai*

<sup>71</sup> DAMAZO, José Ferreira. Natural de Rio Paraíba-MG, nascido em 04/12/1930; reside em Uberlândia desde 10/03/1952; Trabalhou no IBGE de abril de 1952 a junho 1961; posteriormente foi gerente de cinemas por mais de 20 anos; atualmente é aposentado. Entrevista realizada em 03/10/2001, Uberlândia - MG.

*eu acompanhei, mas na hora que começou a dar pescoção(risos), preso, lá na delegacia, eu falei: “Ah! Essa não dá comigo mais não”. (Risos) E eu deixei lá. (...)”<sup>72</sup>*

Nesta fala fica explícito a diferenciação entre a família uberlandense e os baderneiros, tão presente nas matérias da imprensa local. Os baderneiros eram caso de polícia, caso fácil de resolver. A violência que matou 04 pessoas<sup>73</sup> durante o quebra-quebra seria usada também na prisão, com a conivência do poder público, para castigar aqueles que ousaram questionar a ordem estabelecida. Em outras palavras, pobre revoltado é caso de polícia. Um *pescoção* resolve (não risos).

O inquérito aberto para apurar responsabilidades sobre o quebra-quebra foi arquivado. Uma das hipóteses possíveis para que isso tenha ocorrido é o envolvimento de pessoas influentes da cidade nos saques e receptação de produtos roubados. Hipótese essa reforçada em muitas entrevistas:

*“Era! É gente daqui mesmo. E num era..., como se diz na giria, os pé-de-chinelo não, viu?! (...) Nego chegava lá às vezes com um caminhãozinho e tudo, e ia pegando os sacos de arroz e jogando pro caminhão... (risos)”<sup>74</sup>*

*“ Foi pros armazéns e carregaram tudo. Ai então ficou...quando houve quebra-quebra assim e que atingiu os armazéns, o povo tudo achou de vir, de ir, fazer o ... buscar as coisas, né?. Não é roubo buscar, né? Então teve gente que pegou pratos, pegava...Teve gente que fez roubo mesmo. Conheço uma que já morreu, coitada, de câncer ainda. Então, ela pegou um aparelho de prato de porcelana, pôs dentro do*

<sup>72</sup> REZENDE, Raul Pereira de. Entrevista. 24/01/1990.

<sup>73</sup> Esse dado é divergente de acordo com a fonte. Nos jornais, o número de mortos varia de dois a quatro. Nos depoimentos, de zero a dezesseis mortes.

<sup>74</sup> DAMAZO, José Ferreira. Entrevista. 03/10/2001.

*caminhão, do carro dela e levou para Goiás. Não sei pra onde que ela foi esconder esse aparelho, né? Quer dizer que isso é safadeza.”<sup>75</sup>*

Para o Sr. José Alberto<sup>76</sup>, o motivo principal do quebra-quebra ter se tornado tão violento foi a inexperiência dos estudantes:

*“(...) os estudantes, eles erraram, eles tiveram um erro muito grande, porque eles num tinham liderança. Eles num tava preparado prum protesto daquele tipo. Eles num estavam preparado, num tinham liderança, porque prá fazer um protesto, um movimento desse tem que ter liderança, tem que ter alguém que lidere aquilo e eles num tinham.(...) Ai foi aquela...ai já num era, num era estudante, num era estudante, era uma infiltração, infiltração de pessoas estranha. Aproveitaram a falta de liderança, os estudantes quizeram sair fora, mais, eles não tinham mais força contra...eles perderam o controle todim do protesto que eles tavam fazendo. Perderam o ..., perderam a força todinha. Ai virou uma anarquia.”.*

A semelhança do discurso deste depoente com a postura da imprensa em relação à infiltração de elementos estranhos não é mera coincidência. O depoente José Alberto de Oliveira foi jornalista (“prático”, pois possui apenas o 2º ano primário de educação formal) e ex-diretor do jornal *O Triângulo* por 26 anos. Antes, atuou no jornal *Correio de Uberlândia*, exercendo aí várias funções como tipógrafo, impressor, diagramador e revisor do jornal. Dedicando grande parte de sua vida à imprensa, suas representações acerca do quebra-quebra se confundem com a dos jornais. Como analisamos no primeiro capítulo, busca-se nesta interpretação responsabilizar elementos estranhos, no caso os comunistas, pelas ações perpetradas. Tira-se dos agentes históricos a responsabilidade política por suas ações, legitimando a máxima do

<sup>75</sup> CALÁBRIA, Olívia. Entrevista. 19/01/1990.

<sup>76</sup> OLIVEIRA, José Alberto de. Entrevista. 18/10/2001.

uberlandense pacato e ordeiro e dos elementos estranhos que, infiltrando-se em meio à boa gente uberlandense, deturpa o movimento:

*“Eles era um grupinho mais ou menos duns cem a cento e vinte estudantes. Num tinha mais do que isso não. Mas quando eles chegaro no Éden, ali perto do Fórum, o grupinho era trezentos, porque teve infiltração de pessoas estranhas, que não eram estudante coisa nenhuma, eram pessoas política. Eu num gosto de falar porque eu nunca fui contra comunista, mas o que todo mundo diz é que então, que foram os comunistas.”<sup>77</sup>*

Outros depoentes, oriundos de categorias mais populares, apostam na fome e na pobreza como motivos importantes para a existência do quebra. Mesmo que não consigam articular uma reflexão sistematizada sobre a causa desses problemas sociais, eles são apontados como indícios, não justificativas, para esse movimento:

*“(...) eu acho que tinha muita população pobre no meio querendo pegar os trem e levar tudo para casa”.<sup>78</sup>*

*“Uai, na época, eu via falar, era porque as coisa tava muito cara, o cinema tava muito caro, a carestia de tudo tava muito caro, e eu lembro mais ou menos por aí que começou por causa disso aí. A inflação, na época, es falava que tava muito caro. O cinema tava muito caro.”<sup>79</sup>*

Numa inversão momentânea de valores e lugares, o status de beleza e requinte dá lugar ao cômico e ao pitoresco. Um carnaval às avessas, onde o pobre tem seu dia de rei e até os animais tornam-se sofisticados:

*“Curtina..., aqui ó, nesse sacolão aqui tinha um campo de futebol, naonde a polícia treinava. No outro dia os cavalo ai ó amanheceu tudo com cortina de seda*

<sup>77</sup> OLIVEIRA, José Alberto de. Entrevista. 18/10/2001.

<sup>78</sup> SOARES, Vicentina. Entrevista. 26/09/2001.

*amarrada no pescoço des (risos). Os cavalo, esses cavalo que fica, naquele tempo era pequeno, num tinha perigo de roubo, eles marravam cortina do Cine Uberlândia de seda pura, es marrava no cavalo aqui. Eu fui lá e quase murri de tanto rir.”<sup>80</sup>*

Já o depoente Eurípedes José, que participou atuamente do quebra-quebra, consegue resgatar também como uma família pouco abastada percebeu os saques aos armazéns, no segundo dia do movimento, como uma forma de ajudar na economia familiar. Algo que, naquele momento de extrema pobreza e carestia, lhes parecia extremamente natural. Um dia onde as leis usuais foram momentaneamente abolidas; onde o privado torna-se público:

*“Mas, quando chegamo lá... essa João Pessoa (Avenida) na época, tava igual uma cidade de gente. Tinha carroceiro, lambreta, bicicleta. E aquele povo subindo, e o pessoal quebrando, e mandava o ferro assim nas loja. E ia quebrando, jogando arroiz no chão, e feijão. Era nego carregando tacho, aquela coisera. E o meu irmão entrou na roda tamém, mandou eu ficar vigiando a lambreta lá fora e entrou. Ai ele veio com arroiz, pois na lambreta e nós truxemos. Ai, foi aquela festa, né? E voltamo di novo, voltamo di novo..., demos umas quatro viagem nessa lambreta. (risos)”<sup>81</sup>.*

Habitados a lidar com os problemas cotidianos de uma família pobre, contra a política repressora dos saques não lhes faltaram subterfúgios para não entregarem as mercadorias saqueadas de volta. Em outra linguagem, desafiou-se a autoridade instituída:

<sup>79</sup> SANTOS, Eurípedes José dos. Entrevista.03/10/2001.

<sup>80</sup> SOARES, Vicentina. Entrevista. 26/09/2001.

<sup>81</sup> SANTOS, Eurípedes José dos. Entrevista.03/10/2001.

*“Tinha um baneiral lá no fundo, ele era redondo assim. Então, no meio era cheio daquelas raizinhas da bananeira, da própria bananeira, que a terra foi ficando fofa e as raízes ficando de fora. Ali mesmo o meu irmão furou um buraco quadrado e pois saco de linha. Na época falava saco de linha. Pôs o arroz, pôs lata de banha, pôs feijão, pôs saco de linha por cima depois, pois a terra, socou com o pé e, cê acredita, fez assim com a mão, assim ó..., e aguou, que es passaram por cima e nem deram, e não conheceram nada”.*<sup>821</sup>

As estratégias construídas pela população para lidar com a repressão policial foram variadas. Em todas elas o que se destaca não é o fato em si, mas o que ele significou enquanto enfrentamento da ordem.

Em vários depoimentos, alguns reproduzidos neste texto, foi possível perceber, na fala das pessoas comuns, conceitos diferenciados daqueles expressos pela elite política e empresarial. As noções de roubo, de violência, de agitadores, adquirem significado de acordo com a inserção social dessas pessoas naquele momento em Uberlândia.

Por outro lado, algumas referências comuns são encontradas em várias fontes, como a referência ao custo de vida e à inflação. Nem mesmo a imprensa consegue omitir a situação caótica porque passava o país, quando tenta achar uma explicação plausível para o quebra-quebra.

E, assim, num confronto entre memórias, oficiais e não-oficiais, nos surge um novo quebra-quebra. Menos parcial, mais complexo. Nesta diversidade de olhares, cada depoente elege os elementos que, segundo sua experiência de vida, constituíram o quebra-quebra. E é graças a essa diversidade de experiências, onde cada agente histórico desempenha papéis diferentes, que percebemos a pluralidade de

---

<sup>821</sup> Idem.

representações possíveis. Representações que expressam a experiência de classe de cada um de nossos interlocutores. Se para o representante do poder público o quebra foi um movimento sem motivos, para outros agentes ele tem outra significação: a possibilidade de realizar um sonho sufocado ou a chance de abastecer a cozinha com produtos de primeira necessidade por um período. Cada um o percebe de acordo com suas vivências.

Daí, a História estar sempre se fazendo. Não se apresentar pronta e acabada. E é ao historiador, quando seleciona e manuseia essas memórias, que cabe a tarefa de não apenas legitimar uma memória enquanto a única versão possível da História, resgatando outras memórias possíveis e enriquecendo a análise histórica.

**Cap. 03:****Imagens do quebra-quebra****3.1 – Fotografia e História**

*“Fotografia, artefato que nos faz chorar, rememorar, recordar, sonhar e ao mesmo tempo nos mostra, denuncia, choca”.*

*Telma Campanha de Carvalho*<sup>83</sup>

Quando nos propomos a trabalhar com a pluralidade de representações do quebra-quebra de 1959, não pretendíamos com isso dizer que poderíamos aqui esgotar suas possibilidades interpretativas. Estabelecendo um diálogo entre vários discursos, e não isolando-os de outros, vislumbramos, na verdade, a perspectiva de compreender os elementos desses discursos e a lógica na qual se sustentam.

Esses discursos só são perceptíveis a partir de documentos. Até aqui utilizamos, nesta busca, documentação oficial, imprensa e depoimentos orais. Nesse sentido, a fotografia nos apresenta mais uma possibilidade de análise desse conturbado momento vivido por Uberlândia.

O documento, base de todo conhecimento histórico, tem passado por redefinições importantes nas últimas décadas. Em 1929, Marc Bloch e Lucien Febvre, fundadores da Escola dos Annales<sup>84</sup>, falavam da necessidade dos historiadores

---

<sup>83</sup> CARVALHO, Telma Campanha de. *Fotografia e Cidade: São Paulo na década de 1930*. São Paulo: PUC, 1999. (dissertação) p.08

<sup>85</sup> Ver: BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

buscarem outras possibilidades documentais. Desde então, a noção de documento vem sendo ampliada.

Carvalho, ao trabalhar o tema cidade a partir de acervos fotográficos, ressalta a resistência dos pesquisadores que, por muito tempo, desconfiaram da “cientificidade” da fotografia como fonte:

*“A fotografia, pintura, desenho ou qualquer outro meio que recrie a realidade que não seja a escrita, ao ser utilizada como fonte histórica, teve, num primeiro momento, forte movimento de resistência pela maioria dos acadêmicos, que não acreditava na cientificidade destas fontes. O domínio da escrita durante todos estes séculos, como método organizacional científico, inibiu o trabalho com outras fontes para a compreensão do momento histórico. Porém, no estágio em que nos encontramos, no qual a imagem figurativa tornou-se tão usada e difundida tal qual a escrita, faz-se necessário a revisão das fontes que podemos trabalhar para a elaboração de uma análise histórica.”<sup>85</sup>*

Essas mudanças foram possíveis por ser a História também uma narrativa que demanda sensibilidade estética, na medida em que o historiador utiliza de suas impressões, seus sentimentos e suas emoções na interpretação das fontes.

Perceber a fotografia enquanto capaz de revelar discursos e representações, implica em compreender esses discursos e representações além do tradicional e cristalizar a simplicidade que os coloca apenas presentes em palavras, escritas ou faladas. Logo, a fotografia é também um texto-sígnio, uma forma de discurso, traduzindo um pensamento, instrumentalizando uma linguagem, uma arte, um olhar que expressa o pensamento de determinado grupo social. É também um documento, à medida que a

---

<sup>85</sup> CARVALHO, Telma Campanha de. *Fotografia e Cidade: São Paulo na década de 1930*. São Paulo: PUC, 1999. (dissertação) p. 09.

fotografia é reconhecida como um singular, um existente em si mesmo. Não é cópia de uma suposta realidade: é uma realidade com existência fotográfica, expressa na maneira como o fotógrafo faz emergir seu olhar sobre algo, expresso na forma como ele se relaciona com a arte que produz e com a sociedade que vivencia.

Embora o fotógrafo seja responsável pela construção dessas representações simbólicas, o momento por ele registrado traz uma imagem diferente quando revelado. Esta característica da fotografia não tira o seu status de documento, ao contrário, demonstra suas possibilidades como fonte. Até porque, ao contrário de outras categorias de imagens, a fotografia, apesar de seu caráter subjetivo, só pode existir se o modelo fotografado realmente existiu.

Enquanto linguagem, as imagens fotográficas carregam também valores e sentimentos, mas o próprio autor não domina toda a significação da imagem que produz. Como o objetivo primeiro da fotografia é ser olhada, ela é a interação entre seu produtor, o objeto/sujeito da fotografia e os receptores dessas imagens:

*“Chegando tarde ao discurso do historiador, a imagem desempenha aí um papel comparável àquele do neurótico na ordem médica. Em vez de reportar-se aos conceitos e categorias que a ordem histórica construiu, a imagem reporta-se, igualmente, a outras imagens: ela formula, assim, um tipo autônomo de discurso. Nesse sentido, seja ela fotografia ou filme, reportagem ou ficção, a imagem coloca ao mesmo tempo em questão o dispositivo e o conteúdo do discurso histórico. Dupla impertinência.”<sup>86</sup>*

A fotografia enquanto documento histórico não carrega em si a realidade fidedigna. O fotógrafo, no ato de tirar uma foto, privilegia um foco que lhe interessa.

---

<sup>86</sup> FERRO, Marc. Image. In: LE GOFF, Jacques. (org.). *La nouvelle histoire*. Paris: Retz, 1978. p.246.

dando vazão a um desejo subjetivo de recortar a realidade de tal modo, e não de outro. Logo, a fotografia é muito mais uma representação possível de algo, entre tantas outras.

Não é sinônimo da realidade e nem congelamento desta. Tanto isto é verdade que, duas pessoas, fotografando um mesmo objeto, o perceberão em diferentes perspectivas, resultando em diferentes fotos.

A partir do momento em que fotografa algo, o fotógrafo também está registrando a sua leitura daquele momento. Além da ilustração, de uma possível 'duplicação' do real, a foto diz outras coisas. São estas outras coisas que se tornam objeto de análise do historiador.

Enquanto objeto, a fotografia permite a elaboração de um discurso, mas é também vestígio do real. Assim sendo, ela torna possível a verificação de elementos momentaneamente ocultados ou desaparecidos para sempre. Neste sentido, ela é uma fonte insubstituível. Insubstituível, mas não autônoma. Logo, como fonte histórica, a fotografia exige que cruzemos seus dados com outras fontes:

*"A fotografia é particularmente complementar da fonte oral. Ambas compartilham uma mesma lógica, a da memória e do esquecimento, a da presença e da ausência, mediadas pela interpretação de um intermediário, o pesquisador ou o fotógrafo."*<sup>87</sup>

Mesmo tratando-se de fontes diferentes, a fala e a imagem, as aproximações e complementaridades entre a fonte oral e a fotografia podem ser retomadas no plano metodológico. Essas duas fontes são eminentemente subjetivas e devem ser analisadas como tais. Quando levamos em conta esse caráter subjetivo, atentamos para a

---

<sup>87</sup> GRANET-ABISSET, Anne Marie. O Historiador e a Fotografia. Tradução Yara Aun Khoury. In: *Revista Projeto História*. São Paulo: EDUC, 2000, n°24, p. 16.

necessidade de não cedermos à fascinação de tomarmos essas fontes como detentoras da verdade ou da realidade em si mesma.

É nesta perspectiva que privilegiamos neste capítulos essas duas fontes, a oral e a imagética (fotografias) para tentarmos perceber o papel desempenhado pelos cinemas e as casas de armazéns na sociedade uberlandense de 1959.

É particularmente pela função social da fotografia que a percebemos enquanto representação. Fotografar não é jamais um ato neutro. Atrás das imagens produzidas, desenvolvem-se discursos sobre a ordem das pessoas, das coisas e do mundo.

A ilusão de que a fotografia reproduz o real se justifica porque sua descoberta oficial, em 1839, traduziu-se numa busca de retratar o mais fielmente a realidade; de levar o “conhecimento” captado a um maior número de pessoas; tornando visível o desconhecido; eternizando momentos, fatos, pessoas. Logo, os sentimentos que uma fotografia suscita (saudade, amor, carinho, alegria, emoção, raiva, tristeza), faz crer que aquela imagem realmente é parte capturada da realidade. Esta perspectiva desconsidera que o fotógrafo selecionou, enquadrou, revelou e ampliou a cena representada.

Por outro lado, a fotografia é também um instrumento de preservação dos símbolos de um momento histórico; uma interlocutora a mais das ações de um momento. No caso específico de nosso trabalho, utilizaremos fotos publicadas na revista *O Cruzeiro*<sup>88</sup> acompanhando os textos escritos nas matérias que noticiaram o quebra-quebra de 1959. Essas reportagens foram nossos objetos de análise no primeiro capítulo, e as fotografias seriam as provas incontestáveis das palavras do jornalista. Porém, enquanto texto-signo que tem existência própria, optamos por apresentá-las separadamente, lendo-as, a partir dos elementos que elas nos trazem, como parte integrante do texto.

Neste capítulo analisaremos o papel dos cinemas e dos armazéns, alvos diretos do quebra-quebra, no contexto de 1959. As fotografias serão, junto a outras fontes, documentos de nossa discussão.

### 3.2 – Cinemas e Armazéns: alvos da violência de uma população amotinada

Quatro cinemas de Uberlândia foram destruídos no primeiro dia do quebra-quebra de 1959. São eles: Cine Uberlândia, Cine Regente, Cine Éden e Paratodos. Destes, os dois últimos, menos luxuosos, eram mais voltados para as camadas populares. Já os dois primeiros apresentavam uma estrutura sofisticada, pronta a atender as exigências da elite local.

Luziano Macedo Pinto<sup>89</sup>, num estudo recortado entre as décadas de 1930 a 1950, relata que *“O período por nós analisado representa uma fase áurea de construção das salas de cinema no Brasil, quando estas representavam um grande motivo de orgulho para a sociedade e um importante espaço de convívio social. Esses cinemas imponentes eram chamados de “Palácios Cinematográficos”, suas salas eram luxuosas e confortáveis e frequentá-los ultrapassava o ato de assistir um filme, que simbolizava um convite à sociabilidade. Como exemplo, podemos citar o caso do Cine Teatro Uberlândia, apelidado de “O nosso cinema”, inaugurado em 1937, com 2.200 lugares e, igualmente, o Cine Regente, conhecido como “Palácio Azul”, inaugurado em 1952, com 1.300 lugares”*.

Em 1959, o Cine Uberlândia, propriedade do industrial Nicomedes Alves dos Santos, era então o cinema mais antigo da cidade. Embora simbolizando uma imagem

---

<sup>88</sup> FRANCO, José. Rebelião da fome agita Uberlândia. *Revista O Cruzeiro*.07/02/1959.

de entretenimento e diversão, sua organização interna e a clientela que visava atender, marcam esse ambiente como um lugar onde se faziam nítidas as diferenças e os conflitos sociais.

Os cinemas localizados mais na região periférica, Regente e Paratodos, com preços populares e acomodações mais simples, simbolizavam o lugar destinado às categorias populares na organização social da sociedade uberlandense. O Cine Uberlândia, junto ao Cine Regente, era localizado na área central da cidade e dotado de uma clara divisão interna, com lugares localizados mais ao fundo para pobres e negros; e poltronas da platéia e frisas, espécie de camarote, para famílias consideradas brancas e ricas:

*“Ali tinha o Cine Uberlândia, aliás, dentro dos moldes de Uberlândia, de grandeza de Uberlândia, que ele era enorme. (...) É...o Cine Uberlândia eu calculo que ele deveria ter mais de mil poltronas. E, tinha as frisa (...). Ai nós ficava mais alto, a gente queria namorá, ia pra lá que era mais escuro (risos)...que as frisas sabe? (risos) Então, e tinha o que eles chamava de puleiro. Puleiro era em cima. Ali ia a classe menor. A classe, é, a classe mais pobre.”<sup>90</sup>*

O cinema era, portanto, símbolo claro da diferença entre ricos e pobres, mas exercia seu fascínio sobre ambos. Se para as elites se traduzia no *footing* dos domingos como um compromisso quase obrigatório, para as camadas populares, pobres e negros, essa relação era marcada pelo preconceito de classe e de etnia. A presença dos negros entre a elite era motivo certo de constrangimento e recusa. A depoente Vicentina Soares, então funcionária do Cine Uberlândia, lembra:

<sup>89</sup> PINTO, Luziano Macedo. *Situações de Cinema: tramas e imagens de sociabilidade*. Uberlândia, 30 a 50. Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia, 2001. (dissertação)

<sup>90</sup> OLIVEIRA, José Alberto. Entrevista. 18/10/2001.

*“Eu trabalhava lá. Eu e outra moça. Não deixava. Eles suspendia a sessão, podia tar lotado. Se entrasse, es suspendia a sessão e devolvia o dinheiro pro povo tudo. Eles não deixava”.*<sup>91</sup>

No Cine Uberlândia e no Cine Regente, a própria fila para compra dos ingressos possuía dois guichês, uma para venda de entrada na platéia e nas frisas, e outro para o balcão. Poder freqüentar a platéia se traduzia num motivo de orgulho e importância: esse ato ultrapassava o sentido de ir ao cinema para assistir a um filme: simbolizava um convite à sociabilidade e ao requinte.

Nesses cinemas havia, concomitante ao filme, um verdadeiro desfile de moda. Logo, além de uma pessoa não ser negra, ela tinha que ter condições de trajar adequadamente para freqüentar aquele ambiente:

*“O Cine Uberlândia então! Era um desfile de moda. Eu trabalhava no Éden e mexia com gente meio mais simples. Quando eu cheguei lá apanhei mais de mês pra chegar no ritmo des lá. As muié tudo de vestido longo, os home de gravata, num podia entrar sem gravata, de colarinho abotoado.”*<sup>92</sup>

Símbolo do poder instituído e da diferença social, a destruição dos cinemas (tanto os freqüentados pela elite quanto os freqüentados por populares) representou um desabafo contra a carestia e o custo de vida. Principal forma de lazer dos habitantes de Uberlândia, o aumento exorbitante do preços dos ingressos deu vazão a todo um descontentamento até então sufocado.

A violência dessa destruição revela o grau de revolta dos manifestantes. Revolta contra o aumento do ingresso, contra a carestia, contra a fome, contra o preconceito,

<sup>91</sup> SOARES, Vicentina. Entrevista. 26/09/2001.

<sup>92</sup> SOARES, Vicentina. Entrevista. 26/09/2001.

contra a diferença. Ali, não há nada para saquear. Mas a materialidade das casas de cinema alude a sentidos outros que se extravasam através da violência incontida.

Mesmo sendo reconstruídos depois, os cinemas nunca voltaram a ser tão majestosos quanto antes. Os vestígios do quebra ficaram também marcados no espaço urbano de Uberlândia:

*“(...) eles foram, como diz o outro, eles fizeram uma reforma, é pela metade. Às pressas sabe? Só prá podê voltar a funcioná. Depois é que eles foram, que eles forma melhorano, por exemplo, o Regente, o Regente nunca foi mais aquilo que era, porque eles tinha uma cortina de veludo lá dentro, tudo era muito bonito e tal, nunca mais teve aquelas cortina (...)”<sup>93</sup>*

Se, sendo os cinemas reinaugurados, esta sociabilidade voltou a ser regida nos mesmos moldes anteriores, certamente a destruição desses espaços serviu para expor uma outra face desse conflito entre o possuir e o não possuir, o ser e o não ser. Não possuindo propriedades, e/ou não sendo brancos, esses agentes se posicionaram no cenário então regido por outras forças. Deixaram sua marca e sua mensagem, mesmo que sua forma de expressão tenha sido a violência.

No segundo dia do quebra-quebra, as ações dos manifestantes voltaram-se para dois armazéns da cidade: Máquina de Arroz Messias Pedreiro e Casas Capparelli. Nestes estabelecimentos, embora se vendesse outros artigos, o enfoque principal eram os gêneros alimentícios. Os saques foram efetuados com extrema violência, alcançando altos montantes. As duas casas comerciais localizavam-se na Avenida João Pessoa, próximas uma a outra.

O primeiro alvo foi a Máquina de Arroz Messias Pedreiro, onde a concentração econômica era simbolizada pelo estoque de grãos. Num contexto de extrema carestia e

alta dos preços, como discutimos nos capítulos anteriores, a possibilidade de suprir a despesa de um produto básico como o arroz foi imediatamente acatada por uma parte menos favorecida da população:

*“Nóis tava em casa, era mais ou menos meio-dia, mais ou menos, chegou um vizinho nosso (naquela época a condução de pobre era aquelas bicicleta), chegou correndo, suado, falou: “Nossa, gente, mais se oceis vê o quebra-quebra que taí, dos estudantes”. Aí todo mundo ficou de orelha em pé. Aí meu irmão chegou e falou: “Que quebra-quebra?” “O quebra-quebra dos estudantes, tem arroz pra todo mundo”. (...) Porque a gente, por exemplo, que era pobre, a gente levou o que deu conta, né!”<sup>94</sup>*

Reconhecendo que o quebra-quebra foi iniciado pelos estudantes, parte da população logo se coloca a seu lado. Principalmente porque o movimento agora se traduzia em algo palpável para seus cotidianos: a possibilidade de terem acesso a alimentos sem precisarem pagar por eles. Nas costas, em bicicletas, carroças e, segundo alguns depoimentos, até camionetes e caminhões, as sacas eram transportadas para outros destinos. Nesse momento, o privado torna-se público.

---

<sup>93</sup> DAMAZO, José Ferreira. Entrevista. 03/10/2001.

<sup>94</sup> SANTOS, Euripedes José dos. Entrevista. 03/10/2001.



Figura 1<sup>94</sup>: Uberlândia em Pleno saque. O povo tira mercadorias por conta própria.

O segundo alvo dos manifestantes foi a Casa Capparelli, onde mercadorias várias não foram poupadas: arroz, feijão, armas, munições, latarias, óleos e bebidas são saqueados<sup>95</sup>.

O enfrentamento cotidiano pela sobrevivência transforma-se em enfrentamento contra aqueles que tentam impedir a concretização dos desejos de consumo que eclodem naquele momento. Nem uma metralhadora intimida.

---

<sup>94</sup> *O Cruzeiro*. Foto Mauro Miranda. 07/02/1959, p.80.



Foto 2<sup>99</sup>: Sob a mira da metralhadora uma senhora abastece sua despensa. Uma chuva miúda caía sobre a cidade saqueada.

Contra a violência da população amotinada, policiais reagem com uma violência ainda maior. Em resposta a uma ação popular espontânea e sem controle, reage-se com uma ação estratégica articulada e organizada, pela burguesia e pelas tropas policiais.

<sup>95</sup> *O Triângulo*. 01/02/1959, p.01.

<sup>96</sup> *O Cruzeiro*. Foto José Franco. 07/02/1959, p.80.



Figura 3<sup>144</sup>: Uberlândia em retrato de quebra-quebra.

Logo, o quebra-quebra de 1959 mostrou o avesso do ideário burguês que tentava retratar Uberlândia como uma cidade pacata e ordeira. Sendo um movimento sem uma vanguarda política, parte da população atuou nas ruas, protestando, destruindo, saqueando, escreveu sua página na história da cidade.

Acima de tudo, tratou-se de um movimento político, respondendo à questões políticas colocadas pelo desenvolvimentismo e pela legitimação de seus ideais por parte das elites uberlandenses.

Oprimida cotidianamente, sofrendo os efeitos de uma política desastrosa para as camadas populares, sacrificadas em nome de um novo país e um futuro melhor, essa parcela da população que protagonizou o quebra se posicionou enquanto agente

histórico de sua época. Se não conseguiram nenhuma mudança efetiva na estrutura então colocada, ao menos mostraram a força e a capacidade de protesto daqueles que não se sentem representados pelos ideais das elites dirigentes.

---

\*\*\* *O Cruzeiro*. Foto José Franco. 07/02/1959, p.78..

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com movimentos sociais, principalmente aqueles marcados pelo estigma da violência, é sempre um desafio para uma sociedade simbolicamente organizada pela “Ordem e Progresso”. Neste lema positivista, o desenvolvimento só existirá quando aliado a uma organização social ordenada e regida por leis específicas.

Logo, a violência não cabe nessa realidade. Quando praticada, como no quebra-quebra de 1959, precisa ser negada e rotulada para que perca sua força. Contra o discurso da prática, impõem-se outros discursos que tentam se fazer dominantes. Esses discursos se fazem a partir de representações várias, mas chocam-se também com outros contra-discursos.

É neste sentido que este trabalho buscou compreender a construção, reprodução, negação ou aceitação das representações presente nesses olhares. Pois, ao analisarmos uma época, procuramos abarcar toda sua complexidade a fim de percebermos como ocorre a consolidação de uma memória histórica. Mas, nos debruçando sobre diversas fontes, percebemos que não existe uma memória única, mas indícios que poderão ser trabalhados metodologicamente na construção de um conhecimento histórico.

Reconhecendo que o espaço social não está fadado à uniformização e dominação incontestes, procuramos aqui ouvir outras vozes e relatos do quebra-quebra para além da memória oficial. Representações que não apresentam-se estagnadas e puras, mas imiscuídas a outras versões desse acontecimento. Compreendemos que a versão oficial do quebra-quebra, propagada principalmente pela imprensa, influenciou e foi influenciada por outras versões possíveis deste momento. Por seu lado, essas outras versões reelaboraram, à sua maneira, muitos elementos da memória oficial.

É essa complexa rede de discursos e olhares diferenciados, mas não neutros a outros, que nos intriga e nos instiga a continuar nossa busca. Com isso queremos também dizer que nosso trabalho não encerra por aqui. Este é um passo importante na tentativa de compreensão deste conturbado acontecimento da história de Uberlândia, mas é um passo inicial. Nossa busca segue por outras fontes ainda não exploradas, como o inquérito policial que o quebra-quebra de 1959 originou, e depoimentos que nos tragam novos elementos de análise.

## BIBLIOGRAFIA

- AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ALMEIDA, Maria de Fátima Ramos. *Uberlândia Operária? \_\_Uma abordagem sobre as relações sociais em Uberlândia – 1950 a 1964*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Dissertação de Mestrado, 1992, mimeo.
- AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Coods.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino*. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco. *Conciliação, Reforma e Resistência: governo, empresários e trabalhadores em Minas Gerais nos anos 50*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998. (tese de doutorado)
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia*. São Paulo: Moderna, 1982.
- COSTA, Hélio da. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953). In: FORTES, Alexandre e outros. *Na luta por direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p.87-121.
- FIORIN, José Luíz. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1990.
- FONTES, Paulo. “Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo – a greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo (1957)”. In: FORTES, Alexandre e outros. *Na luta por direitos. Estudos Recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999, p.87-121.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das

Letras, 1987.

- GOMES, Ângela de Castro. "Trabalhismo e Corporativismo". In: *A Invenção do trabalhismo*. 2. ed., Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco & ROSA, Zita de Paula. "História Oral: uma utopia". In: *Memória, História, Historiografia*. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero. Vol. 13, N.º 25/26, p. 07.
- KUBITSCHECK, Juscelino. *Por Que Construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1975.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta P. "Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-1960). In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas\CPDOC, 1991
- MACHADO, Maria Clara Tomaz. *A Disciplinarização da pobreza no espaço urbano Burguês: assistência social institucionalizada - (Uberlândia – 1965 a 1980)*. São Paulo: USP/FFLCH. Dissertação de Mestrado, 1990, mimeo.
- MIRANDA, Luciana Lilian de . *A Política de Crédito Rural nos anos 70: Modernização e Mudanças nos Agros-Nacional, Regional e Local na Abordagem dos Jornais de Uberlândia-MG*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1999.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Brasília: A Construção da Nacionalidade: um meio para muitos fins (1956-1961)*. Vitória: EDUFES, 1998.
- NUNES, Edson. *A Revolta das Barcas*. Populismo, violência e conflito político. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- NUNES, Leandro José . *Cidade e Imagens: Progresso, Trabalho e Quebra-Quebras \_ Uberlândia \_ 1950/1960*. São Paulo: PUC. Dissertação de Mestrado, mimeo, 1993.
- OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *O Quebra-Quebra de 1959*. In: *Cadernos de*

- História Especial*, vol. 4, número 4. Uberlândia: Janeiro/1993, p. 81-87.
- PORTELLI, Alessandro. "O que faz a história oral diferente". In: *Revista Projeto História*. São Paulo: PUC/SP, N.º 14, pp. 29-30.
  - RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. *Trabalho, Ordem e Progresso: uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense \_ O setor de serviços \_ 1924-1964*. São Paulo: USP. Dissertação de Mestrado, mimeo, 1989.
  - \_\_\_\_\_. *Nas Sendas do Progresso: Trabalho e Disciplina Uberlândia, um percurso Histórico*. Cadernos de História. Uberlândia: EDUFU, v.4, n.º 4, p.9-16, Jan, 1993.
  - TREVISAN, Maria José. *50 anos em 5. A FIESP e o Desenvolvimentismo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
  - VASCONCELLOS, Maria Helena Falcão. *Dias de Violência: O Quebra*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
  - VIEIRA, Maria do Pilar de A. e outros. Imprensa como fonte para a pesquisa histórica. *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo: PUC, n.º 3, 1984. pág. 49.
  - \_\_\_\_\_.as. *A Pesquisa em História*. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1985.
  - ZIEMAN, Renée Barata. História através da Imprensa – Algumas considerações metodológicas. *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo: PUC, n.º 4, junho/85.

## FONTES

### - Jornais:

- *Correio de Uberlândia* (1950-1970);
- *O Repórter* (1950-1970);

### - Revistas:

- *O Cruzeiro*, 07/12/1959;
- *Manchete*, 07/02/1959;

### - Atas:

- Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (1950-1970);
- Câmara Municipal de Uberlândia (1950-1970);

### - Depoimentos:

- Vicentina Rosa;
- Eurípedes José dos Santos;
- José Alberto de Oliveira;
- José Ferreira Damazo;
- Raul Pereira de Rezende;
- Olívia Calábria;

### - Fotos:

- Revista *O Cruzeiro*, 07/02/1959;